

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Análise do Perfil das Candidatas à Câmara dos Deputados em 2022: um estudo metodológico

Marina Monteiro Marquez

Brasília – DF

Janeiro/2026

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Análise do Perfil das Candidatas à Câmara dos Deputados em 2022: um estudo metodológico

Marina Monteiro Marquez

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Graziela Dias Teixeira e coorientação do professor Carlos Marcos Batista.

Brasília - DF

“Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim”

Clarice Lispector

RESUMO

A sub-representação das mulheres na política institucional brasileira permanece como um desafio central para a consolidação de uma democracia mais inclusiva, apesar dos avanços normativos e institucionais observados nas últimas décadas. Esta monografia analisa o perfil das candidatas e deputadas federais nas eleições de 2022, com foco nas desigualdades de gênero que atravessam o recrutamento partidário, o acesso a recursos de campanha e o desempenho eleitoral. A pesquisa mobiliza dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e adota uma abordagem quantitativa, combinando análises descritivas e a aplicação da Análise em Componentes Principais (ACP), a fim de identificar padrões e correlações entre variáveis como partido político, raça, faixa etária, grau de instrução, estado civil, ocupação prévia, receitas, despesas e votos. Além disso, dedica-se atenção específica às candidaturas femininas com votação nula, buscando compreender os mecanismos estruturais que produzem candidaturas pouco competitivas, frequentemente associadas a práticas como o cumprimento formal das cotas de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Representação Política; Candidatas Laranjas; Sub-representação

ABSTRACT

The underrepresentation of women in Brazilian institutional politics remains a central challenge to the consolidation of a more inclusive democracy, despite the normative and institutional advances observed in recent decades. This monograph analyzes the profile of female candidates and women elected to the Federal Chamber of Deputies in the 2022 elections, focusing on gender inequalities that permeate party recruitment processes, access to campaign resources, and electoral performance. The research draws on data from the Brazilian Superior Electoral Court (Tribunal Superior Eleitoral – TSE) and adopts a quantitative approach, combining descriptive analyses with the application of Principal Component Analysis (PCA) in order to identify patterns and correlations among variables such as political party affiliation, race, age group, level of education, marital status, previous occupation, campaign revenues, campaign expenditures, and votes received. In addition, the study gives special attention to female candidacies that received zero votes, seeking to understand the structural mechanisms that produce non-competitive candidacies, often associated with the formal fulfillment of gender quota requirements rather than substantive political inclusion.

Keywords: Gender; Political Representation; Non-competitive Candidates; Underrepresentation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DC	Democracia Cristã
MDB	Movimento democrático Brasileiro
PCdoB	Partido comunista do brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMB	Partido da Mulher Brasileira
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PODE	Podemos
PP	Partido Progressistas
PROS	Partido Republicanoda Ordem Social
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
UP	Unidade Popular

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de candidaturas femininas e número de eleitas por partido (2022) 31
Gráfico 2 – Distribuição de candidaturas por faixa etária (2022) 33
Gráfico 3 – Distribuição de candidaturas por raça (2022) 35
Gráfico 4 – Partido comparado com cor e raça (2022) 37
Gráfico 5 – Estado civil por faixa etária (2022) 38
Gráfico 6 – Resultado do pleito versus estado civil (2022) 40
Gráfico 7 – Análise das correlações no plano F1–F2.....43
Gráfico 8 – Biplot dos componentes F1 e F2.....44
Gráfico 9 – Correlação dos eixos F1 e F2 unidos à cor e raça.....46
Gráfico 10 – Biplot dos componentes F1 e F2 unidos à cor e raça.....46
Gráfico 11 – Correlação dos eixos F1 e F2 unidos ao grau de instrução.....48
Gráfico 12 – Biplot dos componentes F1 e F2 unidos ao grau de instrução.....49
Gráfico 13 – Biplot dos componentes F1 e F2 unidos à faixa etária.....51
Gráfico 14 – Correlação dos partidos.....52
Gráfico 15 – Biplot dos partidos unidos à ocupação prévia.....53
Gráfico 16 – Correlação das variáveis 55
Gráfico 17 – Correlação de grau de instrução e votos.....57
Gráfico 18 – Distribuição de receitas por partido entre as candidatas não votadas.....60
Gráfico 19 – Distribuição de receitas por cor e raça.....62
Gráfico 20 – Distribuição de receita por grau de instrução.....64
Gráfico 21 – Partidos comparados à unidade federativa.....66
Gráfico 22 – Partidos comparados à cor e raça.....67
Gráfico 23 – Partidos comparados às despesas pagas.....70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valor Próprio.....43

Tabela 2 - Valor Próprio de votos, receita e despesas pagas juntamente à cor e raça.....45

Tabela 3 - Valor Próprio de votos, receita e despesas pagas juntamente ao grau de instrução.....48

Tabela 4 - Valor Próprio de votos, receita e despesas pagas juntamente às faixas etárias.....50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1. RECRUTAMENTO PARTIDÁRIO E SUA DIMENSÃO DE GÊNERO 13

1.1 Candidaturas laranjas como mecanismo de exclusão dentro das cotas 15

1.2 Dinastias políticas e desigualdades de acesso ao poder 16

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO BRASIL 19

2.1 Breve histórico da participação política das mulheres no Brasil 19

2.2 Avanços institucionais e limitações das políticas de inclusão 21

2.3 As eleições de 2022: um novo cenário? 22

3. METODOLOGIA 25

3.1 Pergunta de pesquisa 25

3.2 Hipóteses 25

3.3 Tipo e abordagem da pesquisa 26

3.4 Recorte temporal e espacial 26

3.5 Unidade de observação 27

3.6 Fontes e coleta de dados 27

3.7 Técnicas de análise dos dados 28

4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS: O PERFIL DAS CANDIDATAS A DEPUTADAS FEDERAIS EM 2022 29

4.1 Filiação partidária 29

4.2 Faixa etária 33

4.3 Cor e raça 35

4.4 Estado civil 38

5. ANÁLISE EM COMPONENTES PRINCIPAIS (ACP) 42

5.1 Estudo das interações entre votos, despesas e receita de campanha 42
5.1.1 Interações com cor e raça 45
5.1.2 Interações com grau de instrução 47
5.1.3 Interações com faixa etária 50
5.2 Estudo das interações entre partidos e ocupações prévias …….....……...52
5.3 Variáveis nominais unidas às numéricas …….....……..54
5.4 Grau de instrução unido à votos ….....……..56
6. CANDIDATURAS COM VOTAÇÃO NULA 59
6.1 Receita de campanha e seus padrões associados 59
6.1.1 Receita comparada ao partido político 60
6.1.2 Receita comparada à cor e raça 61
6.1.3 Receita comparada ao grau de instrução 63
6.2 Partidos e seus padrões associados entre candidatas com zero votos 65
6.2.1 Distribuição dos partidos por unidade federativa 65
6.2.2 Distribuição dos partidos das candidatas por cor e raça ……...67
6.2.3 Partido comparado às despesas pagas 69
CONSIDERAÇÕES FINAIS 71
REFERÊNCIAS 75

Introdução

A persistente sub-representação das mulheres na política brasileira constitui um dos mais relevantes desafios contemporâneos para a consolidação de uma democracia substantiva. Embora avanços institucionais tenham sido implementados ao longo das últimas décadas — como a criação da Lei de Cotas (Lei nº 9.504/1997), a reserva de recursos financeiros a candidaturas femininas e iniciativas voltadas à promoção da igualdade de gênero — o ingresso e a permanência das mulheres na arena política ainda são marcados por barreiras estruturais, simbólicas e organizacionais que limitam sua plena participação. As eleições de 2022, que resultaram no maior número histórico de deputadas federais eleitas desde a redemocratização, representam um ponto de inflexão importante nesse percurso, mas não eliminam as desigualdades persistentes na distribuição de poder, no recrutamento partidário e no acesso a recursos para campanhas.

Nesse cenário, compreender o perfil das deputadas federais eleitas em 2022 é fundamental para avaliar em que medida o crescimento numérico da presença feminina representa uma transformação substantiva na política brasileira ou, ao contrário, se ainda se apoia em padrões de recrutamento que beneficiam mulheres com características específicas, como alta escolaridade, forte inserção prévia nas estruturas partidárias e acesso ampliado a redes de apoio político e financeiro. Ademais, fatores como raça, faixa etária, estado civil e ocupação influenciam o processo de entrada e competitividade das candidaturas, revelando que a desigualdade de gênero na política não opera de forma isolada no processo de seleção de candidatas, mas em interseção com as hierarquias sociais e políticas que estruturam o sistema representativo brasileiro.

O contexto das eleições de 2022 evidencia como os fatores sociais expõem os padrões de recrutamento entre partidos em meio à seleção de candidatas. Conforme mostram dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mulheres brancas continuam sendo maioria entre as eleitas, enquanto candidatas pretas e pardas, embora numericamente expressivas, enfrentam maior dificuldade de converter suas campanhas em mandatos. Além disso, a análise partidária revela disparidades na capacidade das legendas de transformar candidaturas

femininas em vitórias, sugerindo que o compromisso programático e organizacional com a inclusão de mulheres varia significativamente entre os partidos.

Diante desse panorama, esta monografia tem como objetivo analisar o perfil sociodemográfico, político e eleitoral das mulheres eleitas deputadas federais nas eleições de 2022, identificando padrões e desigualdades que caracterizam sua composição, e posteriormente, observar padrões entre as candidatas com voto zero. Para tanto, investiga-se um conjunto de variáveis que inclui partido político, região, escolaridade, raça/cor, idade, estado civil, ocupação e recursos financeiros de campanha. Busca-se compreender, de forma integrada, se a ampliação numérica da participação feminina reflete uma democratização real do acesso ao poder ou se está concentrada em perfis específicos que reproduzem padrões tradicionais da elite política brasileira.

A pesquisa orienta-se pela seguinte pergunta central: quais características sociopolíticas marcam o perfil das mulheres eleitas deputadas federais nas eleições de 2022? Para respondê-la, foram formuladas hipóteses que exploram elementos estruturais do sistema político brasileiro, como desigualdades regionais, concentração partidária, barreiras socioeconômicas e o papel dos recursos eleitorais no sucesso das candidaturas femininas.

Metodologicamente, esta investigação adota abordagem quantitativa, com análise descritiva e exploratória dos dados, complementada pela aplicação de Análise de Componentes Principais (ACP) para identificar padrões entre votos, receitas e despesas de campanha. A base empírica é constituída por dados secundários do TSE e do Portal da Câmara dos Deputados, referentes às 91 mulheres eleitas nas eleições de 2022.

Ao investigar o perfil das mulheres eleitas e os fatores que moldam suas trajetórias políticas, esta monografia busca contribuir para o entendimento das dinâmicas contemporâneas da representação feminina no Brasil. A partir de uma abordagem empírica, o estudo objetiva evidenciar se variáveis sociodemográficas, institucionais e financeiras continuam a delimitar quem consegue acessar e permanecer nos espaços de poder.

Este trabalho trata-se de um exercício metodológico, de modo que poderá haver incongruências nos resultados em meio ao tipo de dados e tratamento utilizados, assim os

resultados obtidos podem não representar necessariamente a realidade do comportamento das candidatas a Deputadas Federais em 2022.

1. Recrutamento partidário e sua dimensão de gênero

A seleção de candidaturas constitui uma etapa central nos estudos sobre competição eleitoral e organização partidária, pois é nesse momento que os partidos definem quem poderá acessar o jogo político institucional. Nesse sentido, o processo de recrutamento de candidatos se insere no processo decisório de quem se qualifica politicamente para ser um representante a partir de sua trajetória de vida, a realidade do contexto político eleitoral e as próprias intenções do partido (BOLOGNESI, 2013).

O recrutamento partidário se estabelece como a barreira central a ser enfrentada aqueles que têm como objetivo ser elegível, tendo em vista que mediante o artigo 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal, uma filiação partidária é obrigatória para a aprovação de uma candidatura, assim, é essencial entender o quê pode influenciar este processo de decisão. Segundo Pippa Norris, tal processo de seleção opera em três estágios sucessivos: a certificação; a indicação; e a eleição. A certificação obedece a normas eleitorais e critérios partidários internos, funcionando como uma primeira filtragem que estabelece quem reúne as condições mínimas legais, organizacionais e simbólicas para compor o conjunto de potenciais candidatos. Nesse estágio, são avaliados requisitos formais de elegibilidade, mas também atributos informais relacionados ao alinhamento programático, à reputação pública e ao capital político acumulado pelo postulante. Trata-se de um momento em que o partido define, ainda de maneira primária, quais perfis considera competitivos ou estrategicamente desejáveis para a competição eleitoral.

A etapa subsequente, a indicação, constitui o núcleo do processo decisório. É nesse momento que as organizações partidárias selecionam, entre o conjunto de pré-candidatos certificados, aqueles que serão oficialmente credenciados para disputar o pleito. As dinâmicas internas, marcadas por correlações de força, negociações entre lideranças, distribuição de recursos e controle das instâncias decisórias, desempenham papel decisivo.

Trata-se de uma arena em que práticas formais convivem com lógicas informais, frequentemente baseadas em redes pessoais, lealdades partidárias e acordos intragrupais, o que tende a favorecer atores já inseridos nas estruturas de poder e a dificultar o acesso de grupos expostos historicamente à sub-representações, como as mulheres (NORRIS, 2013).

Por fim, a eleição corresponde ao estágio público e competitivo do processo, no qual os candidatos aprovados e indicados pelos partidos disputam votos no contexto eleitoral mais amplo. Embora esse seja o momento mais visível da competição política, Norris enfatiza que ele depende profundamente das etapas anteriores: apenas aqueles que passaram pelos filtros institucionais e organizacionais chegam de fato às urnas. Assim, entender a seleção de candidaturas como um processo em múltiplas camadas permite compreender como desigualdades de gênero, raça, classe ou trajetória política são reproduzidas ou contestadas ao longo do percurso que leva indivíduos à disputa eleitoral (NORRIS, 2013).

Em adição aos processos de recrutamento, é necessário se considerar os métodos para tais escolhas, ou seja, quem está responsável por escolher, o que de fato é necessário para ser candidato, onde a seleção ocorre e como ela é feita, sendo estas as quatro dimensões dos Métodos de Seleção dos Candidatos (MSCs) nas perspectivas dos teóricos Hazan e Rahat (2006). Estas categorizações abrem espaço para o questionamento sobre os graus de abertura, transparência e democracia interna dos partidos políticos brasileiros no momento da definição de suas listas e chapas. Portanto torna-se possível identificar variações importantes entre as legendas quanto ao acesso de indivíduos diversos à oportunidades reais de disputar eleições competitivas.

O processo de recrutamento permite compreender que a seleção de candidaturas extrapola um mero procedimento burocrático interno, constituindo-se em um espaço de disputa e, frequentemente, reprodução de assimetrias de poder (RAHAT, 2007). A produção acadêmica brasileira sobre recrutamento de candidatas, como destacado por Lúcia Avelar (2013), revela que os incentivos institucionais, a exemplo da Lei de Cotas, são fundamentais para ampliar a presença de mulheres na política, contudo não se mostram suficientes para transformar os padrões de representação em meio à predominância da cultura partidária masculina. Mesmo diante da obrigatoriedade legal, a seleção interna privilegia perfis tradicionais e, frequentemente, recorre a estratégias meramente burocráticas, como o uso de

“candidatas laranjas”, reproduzindo o status quo e limitando as possibilidades reais de inclusão. Este cenário evidencia que os mecanismos formais precisam ser acompanhados de mudanças profundas na lógica organizacional das agremiações, pois é no interior dos partidos, através das decisões do *selectorate*, que se definem as chances concretas de competição e sucesso eleitoral para grupos sub-representados (AVELAR, 2013).

1.1 Candidaturas laranjas como mecanismo de exclusão dentro das cotas

No contexto do processo seletivo partidário, emerge ainda a necessidade de problematizar o fenômeno das chamadas candidaturas laranjas, cuja existência tem como pano de fundo não apenas o cumprimento meramente formal das cotas de gênero, introduzida pela Lei nº 9.504/97 com a reserva de vagas para candidaturas femininas, mas também estratégias intrapartidárias que perpetuam padrões excludentes de recrutamento. Após a implementação das cotas obrigatórias para candidaturas femininas, tornou-se recorrente a identificação de candidatas inscritas sem recursos, com votação nula ou sem expressão, e sem engajamento em campanhas, configurando um uso instrumental da presença feminina nas chapas para satisfazer exigências legais, sem promover efetiva inclusão ou competitividade dessas mulheres dentro do sistema partidário (JARES & SOUZA, 2024). Tal dinâmica revela que as barreiras para a participação substantiva das mulheres no campo eleitoral não se restringem à ausência de dispositivos legais, mas se enraízam em práticas institucionais voltadas à manutenção de padrões excludentes e da ordem partidária estabelecida.

Com base em análises jurídicas e institucionais divulgadas em plataformas especializadas como o Jusbrasil, observa-se que o fenômeno das candidaturas laranjas está intimamente relacionado ao funcionamento interno dos partidos políticos brasileiros, especialmente às estratégias adotadas para o cumprimento formal das exigências legais de gênero, sem que haja, necessariamente, um compromisso efetivo com a promoção da participação feminina no processo eleitoral. Taliberti (2021) aponta que, ao conceder amplos poderes aos diretórios locais na montagem das chapas e controle das cotas de gênero, as legendas acabam criando um contexto em que fraudes estruturais se tornam recorrentes.

Apesar de haver normas claras sobre a obrigatoriedade e supervisão dessas cotas, a fiscalização real é tratada de maneira menos rigorosa, o que facilita a inscrição de mulheres que não têm chances concretas de disputar de fato, perpetuando padrões de exclusão e mantendo a predominância masculina na organização dos partidos.

Além das questões institucionais, a distribuição dos recursos eleitorais amplia as dificuldades enfrentadas por essas candidaturas. Segundo Pereira e Arraes (2020), o acesso desigual ao Fundo Partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha se tornou uma ferramenta importante para a existência das candidatas laranjas. Em muitos partidos, o recurso só é destinado a mulheres de forma estratégica e não em função do potencial real de sua campanha, concentrando investimentos em nomes masculinos e deixando a maioria das mulheres sem apoio mínimo. Mais do que cumprir formalmente a lei, esse quadro evidencia a manutenção das redes de poder tradicionais dentro das agremiações.

Nessa mesma direção, Gortari (2020) argumenta que as candidaturas laranjas não representam apenas o descumprimento de normas eleitorais, mas um profundo esvaziamento do sentido democrático de políticas afirmativas. Para a autora, a inscrição de mulheres sem apoio material ou político transforma a cota de gênero em procedimento burocrático, impedindo avanços na inclusão efetiva feminina. Tal prática reiterativa acaba reforçando a visão de que o espaço político permanece majoritariamente masculino e que a presença feminina só é permitida quando não desafia as hierarquias estabelecidas.

Em síntese, ao evidenciar as múltiplas dimensões da fraude às cotas de gênero, desde a negligência institucional dos partidos ressaltada por Taliberti, passando pela distribuição seletiva e excludente de recursos analisada por Pereira e Arraes, até a instrumentalização simbólica das mulheres discutida por Gortari, torna-se claro que as candidaturas laranjas não são um desvio isolado, mas parte de um arranjo organizacional que reforça hierarquias profundamente enraizadas no sistema partidário brasileiro. A permanência dessas práticas revela um padrão mais amplo de reprodução de poder, no qual mecanismos formais de inclusão coexistem com estratégias informais que asseguram a continuidade das elites políticas tradicionais.

1.2 Dinastias políticas e desigualdades de acesso ao poder

As dinastias políticas constituem um fenômeno persistente em diversos sistemas partidários e eleitorais, revelando como redes familiares moldam padrões de recrutamento, ascensão e permanência no poder. Assim, compreender a lógica dessas estruturas é fundamental para analisar as condições que favorecem, ou limitam, a participação feminina na política brasileira. A partir da concepção de democracia como um método competitivo de seleção de lideranças (SCHUMPETER, 1961), observa-se que o peso do nome, das redes e do capital social acumulado por determinadas famílias gera vantagens estruturais que tornam a competição desigual. Esse arcabouço permite compreender por que a herança política pode funcionar simultaneamente como um mecanismo de acesso para mulheres e como um dispositivo que perpetua perfis específicos dentro da elite política.

A literatura de Dal Bó, Dal Bó e Snyder (2007) demonstra que a permanência no cargo aumenta de maneira substantiva a probabilidade de que um parente venha a ocupar uma posição legislativa no futuro, evidenciando que o exercício do poder produz recursos, visibilidade, contatos, confiança partidária, que transcendem a trajetória individual e se convertem em capital familiar. Ademais, o achado de que mulheres legisladoras são desproporcionalmente dinásticas indica que, para elas, os laços familiares operam como uma via de superação das barreiras estruturais de entrada em um campo que privilegia trajetórias masculinas e carreiras politicamente tradicionais.

A análise de Farida Jalalzai (2013) amplia esse argumento ao demonstrar que, sobretudo em contextos marcados por desigualdades de gênero, a via dinástica constitui um dos caminhos mais frequentes para que mulheres acessem posições de alto escalão. Segundo a autora, a legitimidade herdada, seja por meio do reconhecimento do nome, da mobilização partidária em torno da família ou da identificação simbólica com um líder falecido, funciona como um atalho que permite a algumas mulheres ultrapassar obstáculos que, de outra forma, seriam intransponíveis. Tal processo, entretanto, se torna ambíguo por um lado abrir portas e por outro reforçar a lógica de que a presença feminina é autorizada pela estrutura familiar e não pela ampliação substantiva da competição política em bases igualitárias.

Por sua vez, Rithika Kumar (2023) chama atenção para o fato de que, antes mesmo de qualquer possibilidade de carreira política, grande parte das mulheres enfrenta barreiras impostas dentro da própria esfera doméstica. Sua análise do papel de maridos, sogros e filhos como “guardiões” que regulam e limitam a agência política feminina demonstra que a família pode atuar não apenas como transmissora de capital político, mas também como instância de controle que condiciona a circulação de mulheres no espaço público. Assim, apenas aquelas inseridas em arranjos familiares politicamente influentes conseguem contornar tais obstáculos iniciais, o que reforça o caráter seletivo e restritivo da via dinástica.

Desse modo, quando integrados, esses aportes teóricos e empíricos revelam que as dinastias políticas operam como um mecanismo complexo: ao mesmo tempo em que podem facilitar a entrada de algumas mulheres, fazem-no de maneira altamente seletiva, dependente de estruturas patriarcais e de recursos herdados. Consequentemente, a presença feminina em famílias políticas não indica, por si só, ampliação da igualdade de acesso, mas antes evidencia a reprodução de padrões específicos de elite e a manutenção de fronteiras rígidas sobre quem pode, e sob quais condições, ocupar posições de poder.

2. Contexto Histórico da Representação Política das Mulheres no Brasil

Compreender a representação política das mulheres no Brasil exige não apenas uma análise conceitual, mas também um olhar atento sobre os contextos históricos que moldaram sua inserção na vida pública. As teorias discutidas anteriormente permitem iluminar os mecanismos simbólicos e institucionais de exclusão, mas é na trajetória concreta do campo político brasileiro que se evidenciam as resistências, avanços e contradições que definem o acesso das mulheres ao poder. Nesse sentido, este tópico busca situar historicamente a participação feminina na política nacional, destacando os marcos legais, os movimentos sociais e as transformações institucionais que contribuíram, ainda que de forma desigual, para a ampliação de sua presença nos espaços de decisão.

2.1 - Breve histórico da participação política das mulheres no Brasil

A participação das mulheres na política brasileira configura uma trajetória marcada por avanços graduais, contudo, permeada por desafios estruturais que refletem os condicionantes sociais, culturais e institucionais da desigualdade de gênero. O direito ao voto feminino, conquistado em 1932 por meio do Decreto nº 21.076, representa um marco inicial na inserção das mulheres no regime democrático brasileiro, instaurando uma formalidade que, entretanto, não se traduziu imediatamente na efetivação plena do exercício do poder político (MIGALHAS, 2022). O voto feminino foi conquistado a partir da mobilização de mulheres que tinham por objetivo serem reconhecidas como cidadãs plenas, com o direito de votar e serem votadas, dando voz ao movimento sufragista e a conhecida como primeira onda feminista no Brasil (KARAWEJCZYK, 2014). As integrantes do movimento foram em sua maioria mulheres instruídas e de classes mais abastadas que não viam em si desqualificações perante o homem em exercer política.

A institucionalização da luta por direitos femininos foi profundamente marcada pela criação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), em 1922, em busca do direito ao voto, que foi alcançado durante o Governo Vargas e situou o Brasil como um dos pioneiros no campo. No início do século XX, o protagonismo isolado de mulheres como

Carlota Pereira de Queirós, primeira deputada federal eleita em 1934, e Luíza Alzira Soriano, eleita prefeita em 1928, evidenciava tanto as possibilidades quanto às limitações impostas à presença feminina nos espaços decisórios. Após os primeiros exemplos de inserção de mulheres na política, o contexto de golpe militar enfraqueceu a efetividade dos movimentos sociais voltados à mulher, revelando um quadro geral de exclusão e sub-representação que persistiu por décadas.

Períodos autoritários, com destaque para o Estado Novo (1937-1945), acarretaram retrocessos relevantes na participação política das mulheres, ao restringirem as liberdades democráticas essenciais para a ampliação da inclusão política. A retomada da democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988 constituíram-se em novos marcos normativos que consolidaram princípios de igualdade e cidadania, proporcionando um cenário mais propício para o avanço da participação política feminina, embora a paridade ainda esteja longe de ser atingida.

O pós regime militar abriu espaço para uma segunda onda feminista que demanda uma presença política liberta e igualitária para todas as mulheres e não apenas para aquelas pertencentes as elites. As reivindicações ampliadas para os direitos nos espaços domésticos e públicos engajaram os debates pela luta por direitos da mulher enquanto cidadã e requerente de direitos (BONETTI, FONTOURA & MARINS, 2009). Nesse sentido, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1985, representou um marco institucional importante, ao integrar as pautas feministas à agenda estatal e estimular a formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero.

Apesar desses avanços, as décadas seguintes revelaram que a inclusão política das mulheres permaneceu limitada por barreiras estruturais, como o financiamento desigual de campanhas, a resistência das elites partidárias e a permanência de uma cultura política centrada no masculino. Assim, a trajetória histórica da representação política das mulheres no Brasil evidencia um movimento de avanços formais e retrocessos práticos, no qual o direito conquistado nem sempre se traduz em poder efetivo.

2.2 - Avanços institucionais e limitações das políticas de inclusão

No esforço para ampliar a participação das mulheres na política, o Brasil implementou dispositivos legais importantes, como a Lei nº 9.504/1997, conhecida como Lei de Cotas, que obriga os partidos políticos a destinarem no mínimo 30% das vagas de candidaturas para mulheres (TSE, 1997). Além disso, a legislação eleitoral passou a exigir que uma parcela significativa dos recursos financeiros das campanhas seja investida nas candidaturas femininas, buscando corrigir uma desigualdade histórica no acesso aos meios para mobilização eleitoral (PEIXOTO; MARQUES & RIBEIRO, 2022). Apesar dessas iniciativas, o avanço quantitativo no número de mulheres eleitas não foi encontrado em um avanço qualitativo equivalente no reconhecimento e na influência política desses parlamentares.

Os resultados das eleições gerais de 2022, que consagraram o maior número histórico de deputadas federais — 91 mulheres, representando cerca de 17,7% da Câmara dos Deputados —, ilustram esse paradoxo. Embora esse número seja um avanço em relação às eleições anteriores, ele ainda revela uma distância significativa da representatividade proporcional e da paridade de gênero esperado no século XXI, que é marcado por demandas crescentes por democracia inclusiva e equidade social (BIROLI, 2016).

A persistência da sub-representação feminina também está relacionada às barreiras multifacetadas que dificultam o acesso das mulheres a candidaturas competitivas e viáveis. Pesquisas indicam que a falta de recursos financeiros, o apoio insuficiente de partidos políticos e a resistência cultural ao protagonismo feminino na política são obstáculos sérios e presentes até hoje (NORRIS, 2013). Desse modo, medidas para assegurar um financiamento de campanha que reparasse tal desigualdade foram requisitadas, e assim a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5617, foi implementada pelo STF em 2018, a fim de garantir a obrigatoriedade que os partidos políticos destinem pelo menos 30% dos recursos do fundo partidário para campanhas de candidatas, seguindo a proporção mínima de representação feminina prevista em lei. Tal medida, apresenta seus avanços na seguridade de apoio a candidatas femininas quando se considera os dados de presença feminina no espaço legislativo ao considerar que a última eleição antes das cotas de fundo partidário (2014),

apenas 10,5% das cadeiras eram ocupadas por mulheres e nas eleições seguintes, já com as cotas implementadas, este percentual aumentou para 15% (IBGE, 2018).

Essa decisão representou um marco no fortalecimento das políticas afirmativas de gênero no sistema político brasileiro, pois vinculou o princípio da igualdade formal à distribuição efetiva de recursos eleitorais. A partir dela, as campanhas femininas passaram a contar com maior visibilidade e autonomia financeira, ainda que a aplicação prática dessas medidas varie conforme o compromisso dos partidos com a promoção da paridade. A criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e a destinação obrigatória de 30% de seu montante às candidaturas de mulheres, em 2018, consolidaram esse avanço, contribuindo para um ambiente eleitoral mais equitativo.

Entretanto, os resultados de 2018 e 2022 demonstram que a ampliação dos mecanismos institucionais não tem sido suficiente para romper as barreiras simbólicas e estruturais que limitam o acesso das mulheres ao poder. A desigualdade na ocupação de cargos de liderança partidária, o uso irregular de recursos destinados às candidaturas femininas e a prática recorrente das chamadas “candidaturas laranjas” revelam a resistência das elites políticas à redistribuição efetiva de poder.

Assim, observa-se que os avanços institucionais alcançados nas últimas décadas, embora significativos, permanecem condicionados por uma cultura política que continua a associar o espaço público à masculinidade. As cotas e o financiamento eleitoral de gênero representam passos importantes rumo à democratização, mas seu impacto só será pleno quando acompanhados de transformações mais profundas nas estruturas partidárias, nas normas sociais e nos valores simbólicos que ainda sustentam a sub-representação feminina na política brasileira.

2.3 - As eleições de 2022: um novo cenário?

As eleições gerais de 2022 foram marcadas por um duplo movimento: o fortalecimento das políticas de incentivo à participação feminina e a intensificação de uma disputa política polarizada. Nesse pleito, o Brasil assinalou um recorde na representação de

mulheres na Câmara dos Deputados, com a eleição de 91 deputadas federais, número que corresponde a aproximadamente 17,7% do total de cadeiras, o maior desde o início do processo de redemocratização do país (CNN Brasil, 2022). Esse incremento de 18,18% em relação às eleições de 2018 refletiu não apenas uma mudança quantitativa, mas sinalizou uma potencial transformação no panorama político feminino.

Apesar dessa conquista, é importante destacar que a participação de mulheres ainda se encontra abaixo da média mundial, que é de cerca de 26,4%, segundo dados da União Interparlamentar (UIP, 2023). No cenário latino-americano, países como Cuba e México lideram essa tendência, com taxas superiores a 50%, demonstrando que há um longo caminho a percorrer para atingir a paridade. No Brasil, a presença de mulheres na política, embora em expansão, permanece caracterizada por uma sub-representação estrutural.

A eleição de 2022 também destacou a emergência de novos perfis políticos femininos, com uma maior diversidade de origens sociais, raciais e culturais. Foram marcantes as vitórias de candidatas vindas de diferentes regiões do país, oriundas de diferentes formações e trajetórias, contribuindo para um painel mais plural e representativo. Ademais, pela primeira vez na história da Câmara dos Deputados, o Brasil elegeu duas deputadas trans, Erika Hilton (PSOL-SP) e Duda Salabert (PDT-MG), o que representa um avanço na inclusão de grupos marginalizados na esfera política (Câmara dos Deputados, 2022). Além disso, a diversidade racial aumentou, com a eleição de 29 mulheres negras, mais que o dobro do número registrado em 2018, reforçando o protagonismo de grupos historicamente sub-representados (G1, 2022).

Apesar dessas conquistas, a bancada feminina ainda enfrenta desafios estruturais significativos, como a sub-representação em cargos de liderança dentro da Casa e a permanência de barreiras institucionais e socioculturais que limitam sua inserção plena. A maior presença numérica das mulheres precisa ser acompanhada por um fortalecimento das condições para o exercício efetivo do mandato, incluindo maior acesso a recursos de campanha, apoio partidário e mecanismos para enfrentar o machismo institucional e a violência política de gênero. Assim, apesar de terem se ampliado suas possibilidades de entrada, seu espaço permanece parcialmente restrito e muitas vezes estigmatizado.

Assim, as eleições de 2022 podem ser interpretadas como um ponto de inflexão, um momento de transformação que impulsiona debates sobre diversidade, inclusão e representatividade de gênero no âmbito político, ao mesmo tempo que evidencia a necessidade de políticas e práticas que promovam a continuidade e a ampliação desses avanços.

3. Metodologia

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo o tipo de abordagem, o recorte temporal e espacial, as fontes de dados utilizadas, as técnicas de análise que orientaram a investigação sobre o perfil das mulheres eleitas deputadas federais nas eleições de 2022.

3.1 Pergunta de Pesquisa

A pesquisa parte da seguinte pergunta central:

> Quais características sociopolíticas marcam o perfil das mulheres eleitas deputadas federais nas eleições de 2022?

Essa pergunta busca compreender como a presença de mulheres na Câmara dos Deputados em 2022 se relaciona com fatores estruturais — como partido, região, escolaridade, raça/cor e financiamento de campanhas.

3.2 Hipóteses

A partir dessa questão central, formulam-se as seguintes hipóteses orientadoras:

- **H1:** A distribuição das mulheres eleitas permanece concentrada em determinados partidos, indicando que as legendas atuam como instâncias centrais de mediação da representação feminina e reproduzem desigualdades estruturais no acesso ao sucesso eleitoral?

- **H2:** As candidaturas com zero votos representam um perfil marginalizado dentro do sistema eleitoral, não apenas em termos de resultados, mas também em termos de apoio partidário e financeiro?

- **H3:** O financiamento de campanha constitui um fator central para a viabilidade eleitoral das candidaturas femininas, evidenciando o papel dos recursos partidários e das estruturas institucionais na conversão de candidaturas em sucesso eleitoral.

Essas hipóteses orientam a análise e guiam a interpretação dos dados nos próximos capítulos, permitindo avaliar em que medida o aumento da presença feminina em 2022 representa uma transformação substantiva no sistema político brasileiro ou a reprodução de padrões já existentes sob novas condições institucionais.

3.2 Tipo e abordagem da pesquisa

A pesquisa possui abordagem quantitativa, de caráter descritivo e exploratório, e analisa candidaturas femininas às eleições para a Câmara dos Deputados em 2022, com enfoque nas candidatas eleitas e as que obtiveram zero votos válidos. O estudo utiliza dados secundários oficiais, em principal do portal TSE, e busca identificar padrões empíricos a partir da análise de variáveis sociodemográficas, partidárias e financeiras entre as mulheres observadas. Nesse sentido, a análise proposta visa identificar e descrever o perfil sociodemográfico e político das deputadas federais eleitas em 2022, de modo a compreender as tendências de inserção feminina no Legislativo brasileiro, como também as características padrões entre as que não obtiveram votos.

3.2 Recorte temporal e espacial

O recorte temporal desta pesquisa refere-se ao ano de 2022, correspondente ao último pleito eleitoral geral realizado no Brasil. Tal delimitação é relevante por se tratar de uma eleição marcada pelo fortalecimento das políticas de incentivo à participação feminina, como a destinação proporcional de recursos financeiros a candidaturas de mulheres.

O recorte espacial é o nível federal, tendo como foco analítico as mulheres eleitas para o cargo de deputada federal na legislatura 2023–2026. A escolha desse cargo se justifica por seu papel central no sistema político brasileiro, pela abrangência nacional de sua representação e pela disponibilidade de dados detalhados nas bases oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

3.3 Unidade de observação

A unidade de observação da pesquisa é a candidatura individual ao cargo de deputada federal nas eleições de 2022, considerando todas as candidaturas do sexo feminino, conforme os registros oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Optou-se por analisar o conjunto completo das eleitas, em razão da viabilidade do número de casos e do interesse em construir um panorama abrangente sobre o perfil da representação feminina.

Cada candidata constitui uma unidade de observação a partir de variáveis como idade, escolaridade, cor/raça, partido político, unidade federativa, ocupação anterior e volume de recursos de campanha.

3.4 Fontes e coleta de dados

A pesquisa baseia-se exclusivamente em dados secundários, obtidos em fontes oficiais e públicas. As principais bases consultadas foram:

- Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – banco de dados sobre candidaturas e resultados eleitorais, contendo informações sobre gênero, idade, escolaridade, cor/raça, ocupação, partido, unidade da federação e financiamento de campanha;

- Portal da Câmara dos Deputados – informações complementares sobre filiação partidária e atuação das parlamentares.

A coleta de dados ocorreu entre maio e julho de 2025, com o download das bases do TSE e a posterior organização das informações em planilhas eletrônicas. As variáveis foram compiladas para possibilitar análises comparativas e a elaboração de tabelas e gráficos descritivos.

3.5 Técnicas de análise dos dados

Os dados foram tratados por meio de análise estatística descritiva, técnica que permite caracterizar o conjunto das postulantes e identificar padrões. Foram elaborados gráficos e tabelas para sintetizar os resultados e possibilitar a interpretação dos dados. As análises priorizam a observação de padrões internos de desigualdade, considerando fatores como partido político, região geográfica e autodeclaração racial. A interpretação dos dados é orientada por categorias analíticas da literatura sobre gênero, representação política e elites parlamentares.

4. Apresentação dos Dados: O Perfil das Candidatas a Deputadas federais em 2022

A partir do panorama histórico e teórico apresentado, esta seção tem como objetivo examinar o perfil das postulantes à deputadas federais nas eleições de 2022, em busca de identificar padrões sociodemográficos e partidários que caracterizam a atual composição feminina da Câmara dos Deputados. A análise foi elaborada com base em dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contemplando variáveis como idade, escolaridade, estado civil, ocupação declarada, partido político, região de origem e desempenho eleitoral das 3409 candidatas à Deputadas Federais. A partir desse levantamento quantitativo, pretende-se compreender se o crescimento no número de mulheres eleitas reflete um processo de diversificação da representação ou a continuidade de trajetórias tradicionais que historicamente delimitam o acesso das mulheres ao poder político no Brasil.

As eleições de 2022 configuram um avanço quantitativo de mulheres que alcançam o espaço político legislativo com o total de 91 eleitas, proporção que representa o aumento de 18% em relação à eleição anterior (2018) quando 77 mulheres foram eleitas para a Câmara dos Deputados (Câmara dos Deputados, 2022). Com esse aumento no número de mulheres eleitas, torna-se fundamental examinar quais características compõem esse grupo e em que medida elas refletem, ou não, um processo de diversificação da representação política feminina no país. Neste ponto, diante dos dados coletados junto ao TSE, as variáveis citadas foram analisadas a partir de tabelas de contingência que permitiram observar a relação entre essas variáveis e identificar eventuais padrões de concentração, variação ou sobreposição entre os diferentes perfis das candidatas.

4.1 Filiação partidária

A relação entre filiação partidária e desempenho eleitoral constitui um elemento central para compreender as dinâmicas que moldam o acesso das mulheres à Câmara dos Deputados. No contexto das eleições de 2022, a análise da distribuição das eleitas pelos diferentes partidos, aliada ao exame de seu desempenho nas urnas, permite identificar como

os recursos, estratégias internas, estruturas organizacionais e prioridades programáticas das legendas influenciam a competitividade das candidaturas femininas. Ao analisar a correlação entre partido político e resultado do pleito por meio de tabelas de contingência, busca-se observar a propensão de determinadas siglas a elegerem mulheres, se esse comportamento está associado a padrões ideológicos ou de tamanho partidário e em que medida o sucesso eleitoral feminino se concentra em partidos específicos ou se distribui de forma mais plural pelo espectro político.

Há uma discrepância entre os partidos que mais lançaram candidaturas femininas e os que alcançaram efetivamente maiores números de mulheres eleitas. Ao analisar os cinco partidos com mais candidaturas femininas, o UNIÃO, REPUBLICANOS, PODE, PP e MDB, percebe-se que esse esforço quantitativo não se converteu, de forma automática, em sucesso eleitoral. Quando observamos o desempenho dessas candidatas, evidencia-se que alguns desses partidos tiveram taxas relativamente baixas de conversão entre candidaturas e vitórias, enquanto outros partidos, mesmo lançando menos mulheres, obtiveram desempenho proporcionalmente superior, como nos casos do PL, PSOL e PT.

Para aprofundar essa relação entre número de candidaturas femininas lançadas e o total de mulheres efetivamente eleitas por cada partido, apresento a seguir uma tabela de contingência que sistematiza essas informações. Essa tabela permitirá observar de forma comparativa como cada legenda distribuiu suas candidaturas femininas e qual foi sua capacidade de convertê-las em votos válidos e, sobretudo, em cadeiras na Câmara dos Deputados.

Gráfico 1 - Distribuição de candidaturas femininas e número de eleitas por partido (2022)



A análise das taxas de sucesso revela que o simples volume de candidatas lançadas por determinado partido não é garantia de maior presença feminina na Câmara dos Deputados. O caso do REPUBLICANOS, com 171 mulheres candidatas e apenas 5 eleitas (taxa de sucesso de 2,9%), ilustra como algumas legendas podem priorizar o cumprimento formal das cotas de gênero sem proporcionar condições efetivas para a competitividade das candidaturas femininas. Esse padrão se repete em partidos como o PODE e o PP, que também aparecem entre os que mais lançaram mulheres, mas com taxas de conversão abaixo de 2,5%, reforçando a hipótese de que há, nesses casos, uma estratégia quantitativa sem sustentação qualitativa.

Em contraste com esse cenário, partidos como PT (13,1%), PL (10,7%), PC do B (9,7%) e PSOL (5,4%) destacam-se por apresentarem taxas proporcionalmente mais elevadas de sucesso entre as candidatas, mesmo quando lançam números absolutos menores de mulheres. O PT, em particular, combina uma quantidade expressiva de 137 candidatas com o melhor índice percentual de conversão (18 eleitas, taxa de sucesso de 13,1%), enquanto o PL, associado como opositor ideológico ao PT, apresenta a segunda maior taxa se considerada a relação entre candidatas e eleitas. Esses resultados sugerem que esses partidos

possuem mecanismos internos, contextos regionais ou estratégias eleitorais, tais como maiores repasses de recursos, visibilidade partidária ou inserção em bases eleitorais de maior potencial, que favorecem a eleição de mulheres.

Outro aspecto importante é como essas taxas dialogam com as características programáticas das legendas. Partidos como o PT e o PSOL, tradicionalmente vinculados a pautas progressistas e defensores de maior inclusão de grupos sub-representados, tendem a desempenhar papel relevante na promoção de lideranças femininas competitivas, tanto pela orientação ideológica quanto pela integração de políticas internas de fomento a candidaturas de mulheres.

Por fim, a análise chama atenção para a grande heterogeneidade entre os partidos: enquanto alguns apresentam performance nula (AGIR, PATRIOTA, PCB, PCO, PMB, PMN, PROS, PRTB, PSC, PSTU, PTB, PV, UP), outros registram taxas modestas, independentemente do porte da legenda. Em síntese, os dados demonstram que o êxito eleitoral das mulheres não é apenas em função do número de candidatas, mas do compromisso com a competitividade, do contexto regional, da distribuição de recursos e, sobretudo, da adoção de estratégias efetivas de inclusão política.

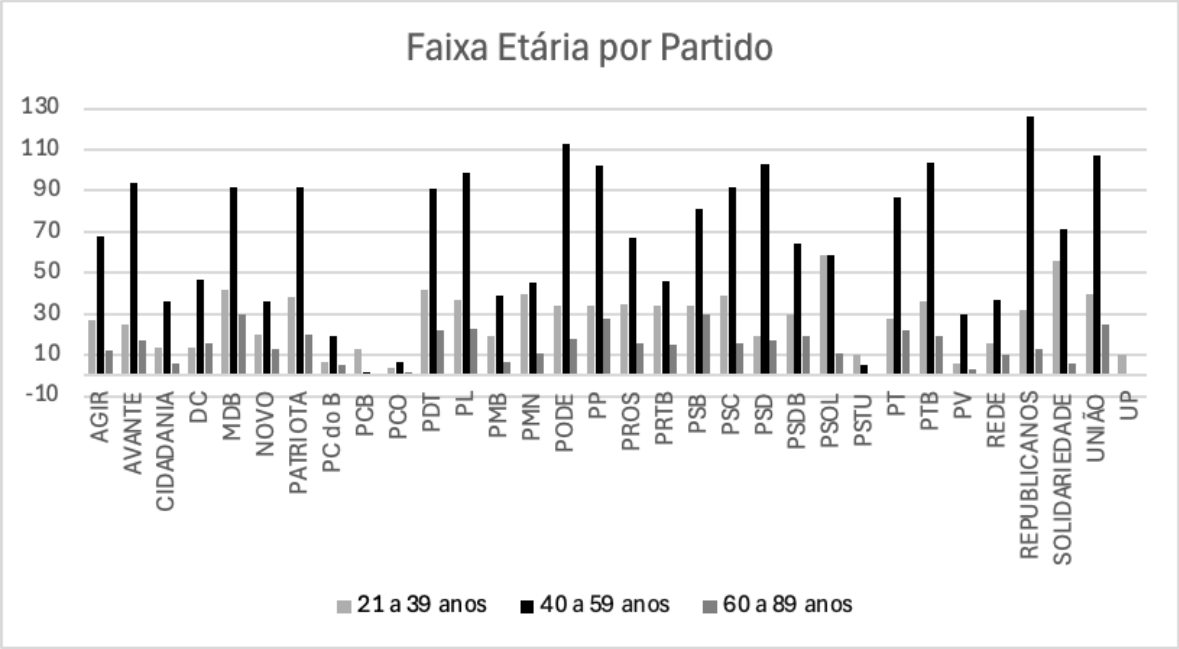
Essa diferença sugere que lançar grande número de candidaturas não garante, por si só, maior representação feminina nas urnas. Fatores como distribuição de recursos financeiros, posição das candidatas nas estratégias internas das legendas, visibilidade na campanha, apoio das direções partidárias e inserção prévia das candidatas em redes políticas e sociais influenciam diretamente o resultado final. Assim, ao cruzar os dados de partido e resultado do pleito, percebe-se que alguns partidos funcionam mais como “lançadores” de candidaturas femininas para cumprimento de requisitos legais, enquanto outros demonstram maior capacidade de transformar essas candidaturas em vitórias efetivas.

4.2 Candidaturas e suas diferentes faixas etárias (2022)

Após examinar a distribuição das candidaturas femininas perante suas diferentes legendas partidárias, é igualmente relevante observar como essas siglas estruturam seus

quadros a partir das características demográficas das candidatas. Entre essas variáveis, a faixa etária ocupa um papel central, pois indica tanto o momento do ciclo de vida em que as mulheres ingressam na política diante dos perfis preferencialmente promovidos pelas legendas. Assim, na próxima etapa da análise, será apresentada a intersecção entre partido político e faixa etária das mulheres eleitas, buscando identificar se determinados partidos concentram candidatas mais jovens ou mais experientes e como essas diferenças podem estar associadas às estratégias partidárias, ao recrutamento político e ao desempenho eleitoral feminino em 2022.

Gráfico 2 - Distribuição de candidaturas por faixa etária (2022)



A concentração de faixas etárias entre as candidatas foi dividida em três etapas: entre 21 e 39 anos como candidatas mais jovens, de 40 e 59 anos consideradas na meia-idade e de 60 e 89 anos como pertencentes à terceira idade. Tal divisão possibilitou a análise de qual preferência etária prevalece entre os partidos. Observa-se alta concentração de candidatas na faixa etária de 40 a 59 anos, grupo que representa, em geral, o perfil considerado “ideal” pelo sistema partidário, já que reúne experiência política e trajetória profissional consolidada. A busca dos maiores partidos do país apresenta predomínio dessa faixa, com destaque para

PODE (113), REPUBLICANOS (126), UNIÃO (107), MDB (92), PTB (104), PSD (103) e PP (102). Estes partidos lançaram mais de 100 candidatas entre 40 e 59 anos, indicando preferência institucional por mulheres com carreiras maduras.

Em contrapartida, a faixa etária de 21 a 39 anos, mais associada à renovação e entrada de novas lideranças, aparece em menor quantidade, embora partidos progressistas como o PSOL e o SOLIDARIEDADE apresentem destaque: PSOL indica 59 mulheres jovens, igualando o número de candidatas na faixa etária de meia idade dentro da legenda, sinalizando abertura para perfis com trajetória política mais curta ou ativista, assim como o SOLIDARIEDADE traz 56 candidatas jovens, evidenciando compromisso de renovação. Já o PCB e UP, partidos menores e com atuação mais ideológica, também apresentam taxas expressivas de candidatas jovens em relação ao baixo número geral de nomes lançados. A participação de candidatas entre 60 e 89 anos é expressiva especialmente em partidos tradicionais como MDB (30), PP (28), PSB (30), UNIÃO (25), PL (23) e PT (22), indicando tanto a longevidade de trajetórias na política quanto uma possível recirculação de lideranças remanescentes.

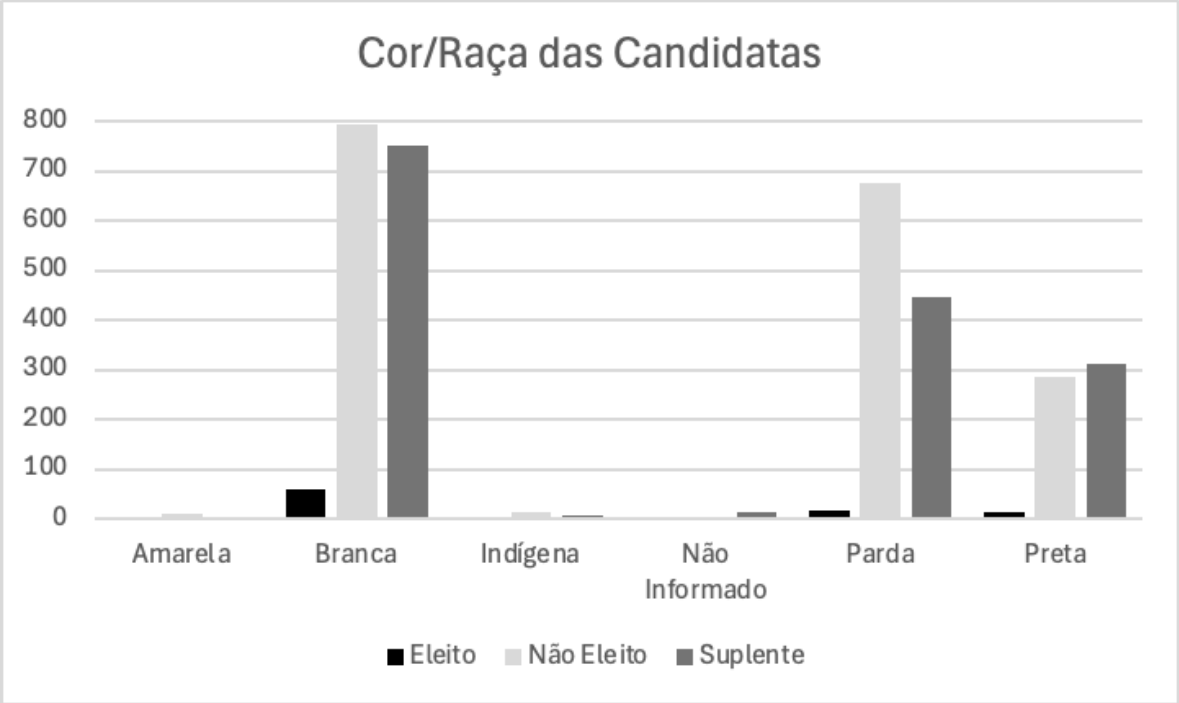
Dando continuidade a esse olhar sobre aspectos demográficos, cabe agora voltar a atenção para outra dimensão fundamental à compreensão da composição das candidatas e das eleitas: a questão da cor/raça. A intersecção entre perfil racial das mulheres que disputaram as eleições de 2022 e os resultados do pleito traz novas camadas a respeito das oportunidades, obstáculos e padrões partidários envolvidos. Essa análise é especialmente relevante à luz dos recentes avanços legais e institucionais voltados à promoção de candidaturas negras e pardas, e é estratégica para entender até que ponto os partidos têm adotado medidas eficazes para reverter o histórico de sub-representação racial.

4.3 Resultado do pleito comparado à cor e raça

A convergência entre perfil racial das mulheres que disputaram as eleições de 2022 e os resultados do pleito expõem novas camadas a respeito das oportunidades, obstáculos e padrões partidários envolvidos. Essa análise é especialmente relevante à luz dos recentes

avanços legais e institucionais voltados à promoção de candidaturas negras e pardas, e é estratégica para entender até que ponto os partidos têm adotado medidas eficazes para reverter o histórico de sub-representação racial, que se interliga com o gênero, produzindo os desafios específicos vivenciados por mulheres negras e pardas no campo político brasileiro.

Gráfico 3 - Distribuição de candidaturas por raça (2022)



A distribuição das candidaturas femininas por cor/raça revela um padrão de forte assimetria, refletindo desigualdades estruturais que historicamente moldam o acesso de diferentes grupos sociais à disputa eleitoral. Entre as 3.409 candidaturas femininas registradas em 2022, observa-se predominância expressiva de mulheres brancas (1.604 candidatas), que correspondem a quase metade do total. Em seguida, aparecem as candidatas pardas (1.140) e pretas (612), que somadas representam um contingente numericamente relevante, mas ainda inferior ao número de mulheres brancas. As candidaturas de mulheres indígenas (24) e amarelas (13) apresentam participação bastante reduzida, assim como o grupo de não informadas (16), sugerindo baixa expressividade numérica desses segmentos.

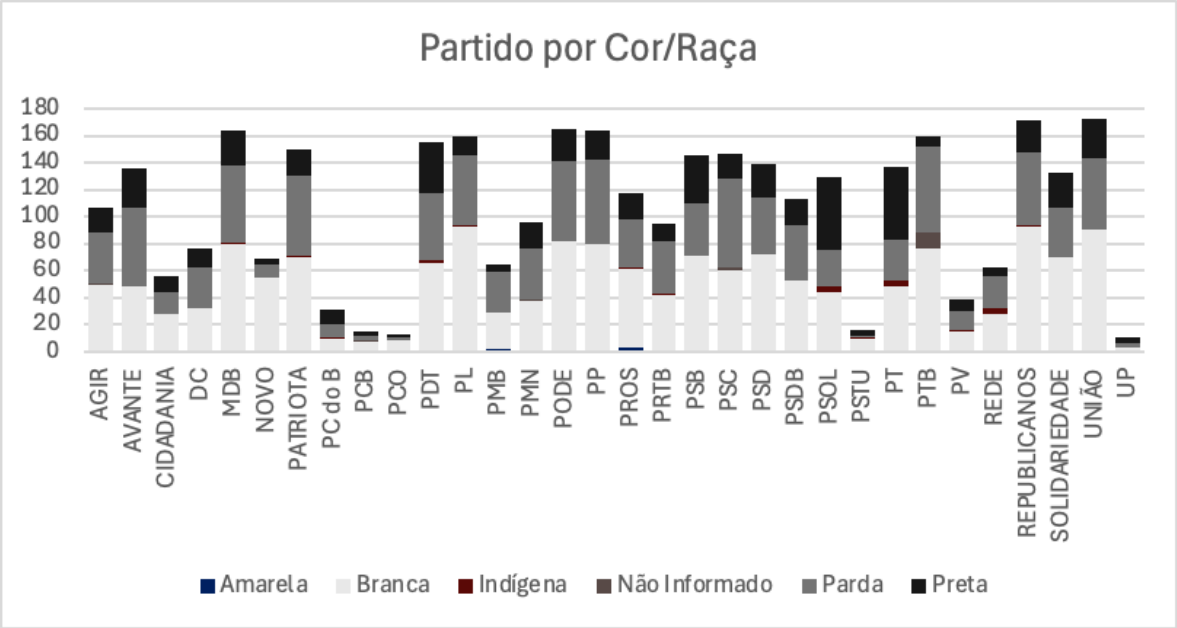
Quando analisado o desdobramento entre eleitas, não eleitas e suplentes, torna-se possível identificar a profundidade dessas desigualdades. Das 91 mulheres eleitas em 2022, 58 são brancas, o que evidencia uma taxa de sucesso eleitoral significativamente maior desse grupo em comparação às demais categorias raciais. As mulheres pretas e pardas, embora componham um volume considerável de candidaturas (612 e 1.140, respectivamente), alcançaram um número bem menor de vitórias: 13 eleitas pretas e 16 eleitas pardas. Assim, mesmo representando mais de metade das candidaturas totais, mulheres negras (pretas e pardas) ocupam menos de um terço das cadeiras femininas conquistadas, o que revela importante descompasso entre participação e representatividade.

A situação das candidaturas indígenas também evidencia essa discrepância. Embora numericamente pequenas (24 candidaturas), registraram 4 mulheres eleitas, resultado que, proporcionalmente, indica desempenho relativamente significativo. Por outro lado, as candidatas amarelas e as de cor e raça não informadas, não obtiveram nenhuma vaga, ainda que tenham alcançado posições de suplência, o que sugere baixa competitividade eleitoral dentro desses grupos.

A intersecção entre cor e raça das candidatas e resultado do pleito mostra, portanto, que a representatividade feminina no Congresso segue marcada por desigualdades raciais profundas. Mulheres brancas apresentam maior probabilidade de sucesso eleitoral, enquanto candidatas pretas e pardas, apesar de constituírem parcela expressiva das concorrentes, enfrentam barreiras mais significativas para transformar candidaturas em mandatos parlamentares. Já mulheres indígenas, embora em menor quantidade, lograram conquistar espaço relevante, algo que pode indicar tanto dinâmicas específicas de mobilização territorial quanto a força simbólica associada a essas candidaturas.

Em síntese, a distribuição racial das candidaturas femininas em 2022 confirma que a ampliação numérica da participação não se traduz automaticamente em maior diversidade na representação. Persistem desigualdades de resultados que revelam a necessidade de aprofundar debates sobre financiamento, apoio partidário, redes de recrutamento e os obstáculos estruturais que diferenciam o percurso eleitoral de mulheres brancas e não brancas no Brasil.

Gráfico 4 - Partido comparado com Cor e Raça (2022)



A distribuição das candidaturas femininas por cor/raça, agrupadas por partido, revela aspectos fundamentais sobre o engajamento e os limites das legendas na promoção de diversidade e equidade racial no sistema político brasileiro. O gráfico apresentado, com dados de 2022, permite observar diferenças estruturais relevantes entre partidos de diferentes perfis ideológicos, porte e estratégias eleitorais.

Partidos como o MDB, PL, REPUBLICANOS, UNIÃO e PP, tradicionalmente situados no centro ou à direita do espectro político, apresentam maior número absoluto de candidatas brancas em relação à soma de negras (pardas e pretas). A título de exemplo, o MDB e o PL contaram, respectivamente, com 80 e 93 mulheres brancas e pouco mais de 50 de cada segmento pardo, além de cerca de uma dezena ou duas de mulheres pretas. No entanto, há legendas cuja composição revela engajamento mais intenso com a promoção de candidaturas negras. Destaca-se o caso do PSOL e do PT, nos quais o número de candidatas pretas chega a superar ou se igualar às brancas (PSOL: 54 pretas, 43 brancas; PT: 54 pretas, 49 brancas), e os dados de mulheres pardas também se mantêm altos.

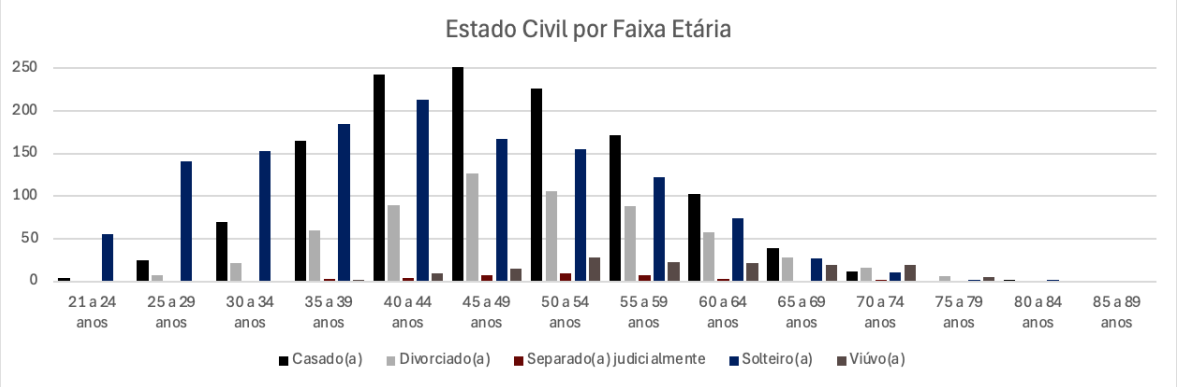
Os partidos de portes menores, tais como o PC do B, REDE, PCB e PSTU, embora apresentem volume absoluto reduzido, demonstram proporcionalmente abertura para

candidaturas negras e indígenas, sinalizando um maior incentivo à participação política de candidatas frequentemente marginalizadas no campo convencional da disputa representativa. É relevante observar que, mesmo diante do crescimento do número de candidaturas negras impulsionado por cotas e incentivos legais, o êxito eleitoral das mulheres negras ainda esbarra em obstáculos como acesso desigual aos fundos eleitorais, estruturas internas dos partidos e capital político disponível para a disputa.

4.4 Estado civil unido à faixa etária e resultado do pleito

Para compreender de forma mais ampla o perfil das candidatas, é importante observar como a idade se articula ao estado civil, uma combinação que ajuda a revelar em que momentos da vida as mulheres conseguem, de fato, disputar espaço na arena eleitoral. Antes de apresentar os dados, esta subseção introduz a lógica dessa análise, destacando que tanto o ciclo de vida quanto às configurações familiares pode influenciar a disponibilidade, o engajamento e o próprio recrutamento partidário. O gráfico a seguir organiza essas informações e prepara o terreno para identificar tendências centrais e assimetrias que serão exploradas na análise subsequente.

Gráfico 5 - Estado civil por Faixa Etária (2022)



O dado mais evidente é que a condição de solteira predomina amplamente nas faixas etárias mais jovens, enquanto o estado casado se torna majoritário a partir dos 35 anos. Entre 21 e 24 anos, quase todas as candidatas são solteiras (56 de 60), e o padrão se mantém também entre 25 e 29 anos, em que 141 das 173 candidatas se declaram solteiras. A presença

majoritária de solteiras sugere tanto a entrada precoce na carreira política quanto a possibilidade de que a ausência de responsabilidades familiares tradicionais facilite a participação nesse período.

A partir da faixa dos 30 a 34 anos, há uma transição importante: o número de mulheres casadas (70) cresce de forma significativa, embora as solteiras (153) ainda sejam maioria. Depois dos 35 anos, entretanto, o estado civil casado passa a predominar de forma consistente. Entre 35 e 49 anos, faixa etária com maior número total de candidatas, as mulheres casadas se tornam o grupo majoritário, com aumentos graduais, alcançando picos de 251 candidatas casadas entre 45 e 49 anos. Tal cenário pode indicar que a participação política feminina tende a se intensificar em momentos de maior estabilidade afetiva, profissional e econômica. Os dados indicam também que os números de mulheres divorciadas e separadas aumentam conforme a idade avança, atingindo seus maiores volumes entre 45 e 54 anos. Já a viuvez torna-se mais frequente nas faixas acima dos 50 anos, com crescimento notável sobretudo dos 55 aos 74 anos. Na etapa final do ciclo de vida, especialmente a partir dos 70 anos, o volume de candidaturas cai drasticamente, mas observa-se uma proporção relativamente equilibrada entre casadas, divorciadas e viúvas, indicando a diversidade de arranjos familiares entre as mulheres mais velhas que se mantêm politicamente ativas.

Além disso, observa-se que a distribuição das candidaturas ao longo da idade se aproxima de um formato de distribuição normal, com maior concentração de mulheres concorrendo entre os 35 e 54 anos com uma queda gradual nos extremos etários. Essa tendência sugere que existe um ponto de maior probabilidade de entrada e permanência na competição eleitoral, como um período da vida em que recursos como capital político e redes de apoio convergem de forma mais favorável.

No conjunto, os dados mostram que a participação feminina é marcada por mudanças significativas que acompanham transformações nas configurações familiares, revelando como gênero e idade se entrelaçam no acesso das mulheres às disputas eleitorais.

Gráfico 6 - Resultado do pleito versus Estado civil (2022)



A relação entre estado civil e resultado do pleito revela nuances significativas sobre os perfis femininos que conseguem transformar candidaturas em sucesso eleitoral. Entre as mulheres eleitas, nota-se uma clara predominância de candidatas casadas, que ocupam a maior parte das vagas conquistadas. Esse dado sugere que o casamento continua a funcionar como um marcador social de estabilidade e respeitabilidade. Outrossim, a condição de casada pode representar acesso ampliado a redes familiares, econômicas e comunitárias que se convertem em capital político.

Embora mulheres solteiras constituam um contingente expressivo entre todas as concorrentes, sua taxa de sucesso eleitoral é significativamente menor. As 23 eleitas nessa categoria indicam que, apesar de numerosas, candidatas solteiras enfrentam obstáculos específicos, possivelmente relacionados a expectativas sociais ainda persistentes sobre papéis de gênero, maturidade ou “adequação” para a vida pública. Mulheres divorciadas e viúvas, por sua vez, aparecem de forma mais concentrada entre as suplentes, mas raramente entre as eleitas, o que sugere que trajetórias familiares marcadas por rupturas podem ser percebidas de maneira ambígua pelos partidos e pelo eleitorado seja pela estigmatização ou pela menor estabilidade atribuída a essas condições.

O grupo das não eleitas reforça esses padrões: solteiras e casadas continuam a ser as categorias mais numerosas, mas com proporções que evidenciam maior concentração de solteiras entre as não eleitas. Isso indica que, embora a presença de mulheres jovens e solteiras seja numericamente expressiva no processo eleitoral, esse perfil apresenta menor probabilidade de converter participação em vitória. O quadro geral revela, portanto, que a dinâmica eleitoral feminina ainda está fortemente atravessada por expectativas normativas sobre família, estabilidade e respeitabilidade, reproduzindo padrões tradicionais de gênero que influenciam tanto o recrutamento partidário quanto a decisão do eleitorado.

5. Análise em Componentes Principais: Uma Abordagem Exploratória para a Caracterização das Eleitas

Após a exploração inicial por meio das tabelas de contingência, que permitiu identificar associações bivariadas entre variáveis sociodemográficas, partidárias e eleitorais, este capítulo aprofunda a análise adotando uma abordagem multivariada. A Análise em Componentes Principais (ACP) constitui um método estatístico particularmente adequado para sintetizar grandes conjuntos de variáveis, aumentando sua interpretabilidade. Ao reduzir a dimensionalidade das variáveis sem perda substancial de informação, a ACP permite identificar combinações de atributos que tendem a ocorrer simultaneamente entre as mulheres eleitas deputadas federais em 2022. Assim, esta etapa analítica não apenas complementa a investigação anterior, mas amplia a compreensão sobre os perfis predominantes, diferenciando padrões de entrada, trajetória política e características socioeconômicas que estruturam a representação feminina no Legislativo nacional.

5.1 Análise em Componentes Principias - Estudo das interações entre Votos, Despesas e Receita de Campanha

Neste subitem, a Análise em Componentes Principais será aplicada exclusivamente às variáveis: número de votos obtidos, despesas de campanha e receitas declaradas pelas candidatas. A escolha por concentrar a ACP nesse conjunto específico decorre do fato de que essas variáveis apresentam elevada variabilidade, característica que torna o método particularmente adequado para sintetizar seus padrões subjacentes. Além disso, votos, despesas e receita estão intrinsecamente relacionados ao desempenho eleitoral e à competitividade das candidatas, sendo amplamente discutidos pela literatura como elementos estruturantes das desigualdades de acesso e sucesso político. Ao reduzir essas variáveis em duas dimensões, a ACP permitirá identificar e interpretar eixos que expressam diferentes graus de capacidade financeira, intensidade de investimento eleitoral e alcance efetivo nas urnas, fornecendo uma perspectiva integrada sobre o papel dos recursos no perfil das deputadas federais eleitas em 2022.

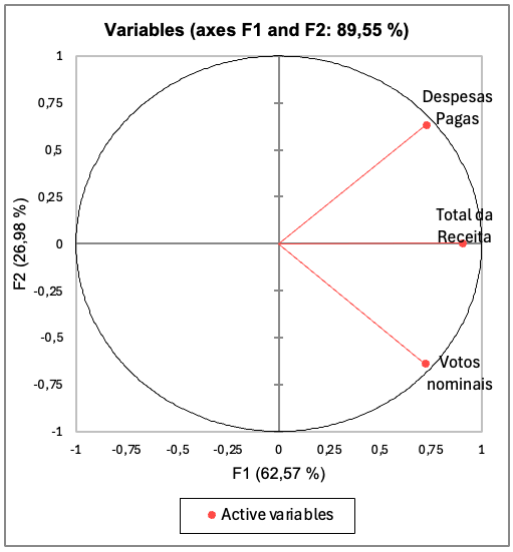
Tabela 1 - Valor Próprio

	F1	F2	F3
Valor Próprio	**1,877**	**0,809**	**0,314**
Variabilidade (%)	**62,567**	**26,978**	**10,455**
Valor Acumulado %	**62,567**	**89,545**	**100,000**

Na Análise em Componentes Principais, fatores associados aos valores próprios (ou autovalor) que representam a variância explicada por aquele componente. Nesse sentido, quanto maior o valor próprio para os fatores, melhor é a projeção (variabilidade) das variáveis no espaço R^2.

A partir da tabela acima, é possível identificar que o componente F1 apresenta o maior valor próprio (1,877) e sintetiza da melhor forma as informações presentes nas três variáveis. Isso pode significar que existe uma estrutura dominante, comum às variáveis, que pode ser interpretada como a dimensão principal que organiza os dados.

Gráfico 7 - Análise das correlações no plano F1–F2

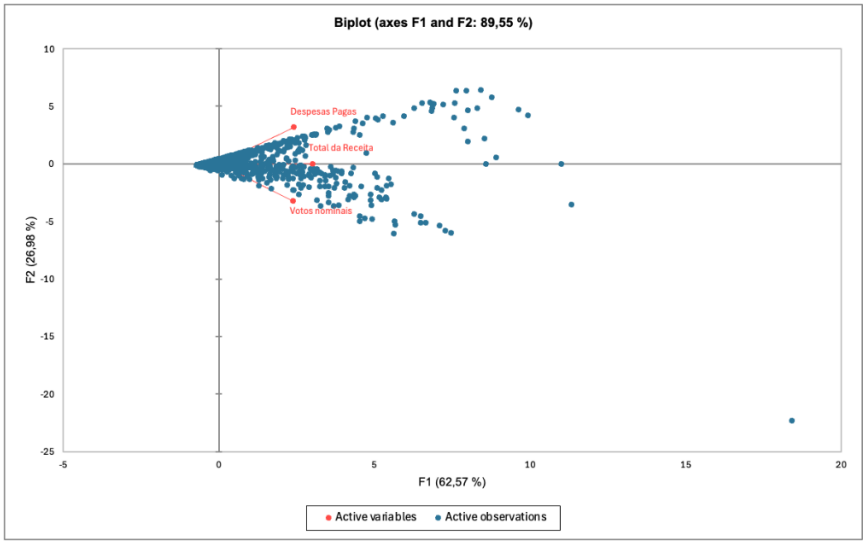


A partir do gráfico acima é possível analisar o círculo de correlações, no qual se observa a projeção das três variáveis quantitativas (votos nominais, total da receita e despesas pagas) nos dois primeiros componentes principais, que juntos explicam 89,55% da variância total dos dados. O objetivo desta visualização é identificar a contribuição de cada variável para os eixos fatoriais e compreender a estrutura que organiza o conjunto dos dados.

Os ângulos existentes entre as formadas pelos eixos F1 e F2, indicam que quando analisadas isoladamente, não demonstram uma correlação particularmente forte. A abertura desses ângulos sugere que cada variável contribui de forma relativamente distinta para a variância explicada, revelando menores associações do que seria esperado caso os vetores estivessem mais próximos entre si.

O modelo construído por meio da ACP apresenta qualidade elevada, uma vez que os valores próprios e suas respectivas porcentagens superam o padrão usualmente considerado adequado, em torno de 80%. Adota-se como referência que, acima de 75% ou 80%, o modelo já demonstra boa qualidade. No caso das três variáveis analisadas, o gráfico 7 confirma esse desempenho ao indicar a porcentagem dos valores próprios. Assim, é possível aceitar a projeção nos eixos 1 e 2, que juntos explicam cerca de 89,5% da variância. Além disso, as variáveis votos, receita e despesas exibem uma boa representação nos eixos F1 e F2.

Gráfico 8 - Biplot dos componentes F1 e F2



Neste biplot, cada ponto azul representa uma candidata projetada nos dois primeiros componentes principais, que juntos explicam cerca de 90% da variação dos dados entre despesas pagas, receita e votos. É possível notar que a maior parte dos pontos fica concentrada perto da origem, com poucas observações muito afastadas, o que sugere alguns casos extremos com valores muito altos ou muito baixos nessas combinações de variáveis em comparação com o restante do conjunto.

As observações localizadas distantes da origem refletem candidatas “outliers” que dispõem de um conjunto de receitas, despesas e votos significativamente diferentes da média das candidatas, distorcendo a escala do gráfico e evidenciando uma assimetria dos dados financeiros.

5.1.1 Análise em Componentes Principias - Estudo das interações entre Votos, Despesas e Receita de Campanha com cor e raça

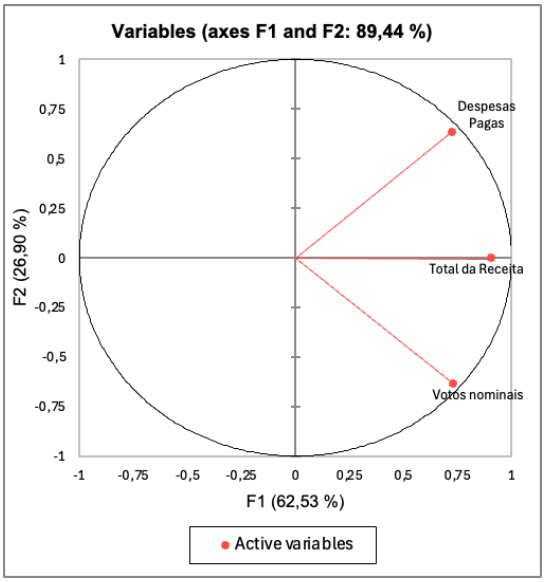
A Análise em Componentes Principais (ACP) aplicada às variáveis votos, despesas e receita de campanha, quando combinada com a distribuição das candidatas por cor e raça, permite examinar de forma integrada como os recursos eleitorais se articulam com marcadores sociais historicamente associados a desigualdades políticas.

Tabela 2 - Valor Próprio de votos, receita e despesas pagas juntamente à cor e raça

	F1	F2	F3
Valor Próprio	**1,876**	**0,807**	**0,317**
Variabilidade (%)	**62,532**	**26,904**	**10,564**
Valor Acumulado %	**62,532**	**89,436**	**100,000**

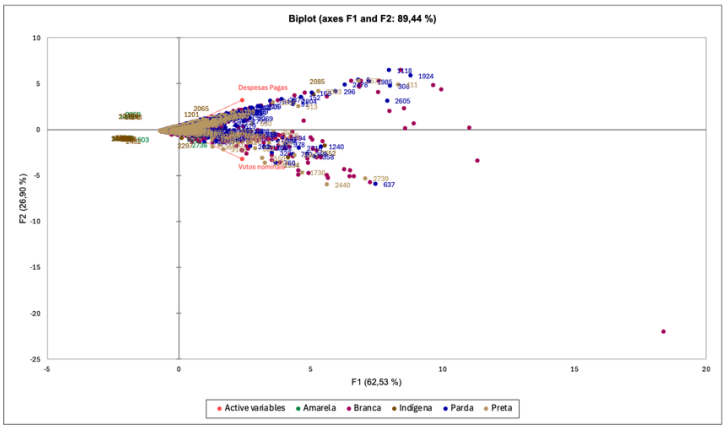
A partir dos dados da tabela acima, é possível identificar que o componente F1 apresenta o maior valor próprio (1,876) e sintetiza da melhor forma as informações presentes nas variáveis. Sua variabilidade de quase 90% indica que os componentes F1 e F2 apresentam a dimensão principal dos dados.

Gráfico 9 - Correlação dos eixos F1 e F2 unidos à cor e raça



A partir da visualização círculo de correlações acima, é possível identificar que a projeção de cor e raça unida as variáveis receita, despesas pagas e votos não alteram drásticamente a variância dos dados, assim a análise do gráfico e suas projeções se tornam altamente semelhantes às apresentadas no subtópico 5.1.

Gráfico 10 - Biplot dos componentes F1 e F2 unidos à cor e raça



O biplot que incorpora a variável cor/raça revela padrões importantes sobre a distribuição das candidatas no espaço definido pelos dois primeiros componentes principais que, juntos, explicam aproximadamente 90% da variância associada às relações entre votos, despesas e receita de campanha. Assim como no gráfico anterior, percebe-se que a maior parte das observações permanece fortemente concentrada na região próxima à origem, indicando que a maioria das candidatas, independentemente do grupo racial, apresenta níveis relativamente semelhantes entre si nos três indicadores analisados.

Entretanto, ao considerar os “outliers” da dimensão racial, torna-se evidente que as observações mais extremas, aquelas posicionadas mais distantes ao longo do eixo F1, são majoritariamente associadas às categorias branca e parda, sugerindo que esses grupos concentram as candidaturas com maiores volumes de recursos e, em alguns casos, maior desempenho eleitoral. Por outro lado, candidatas pretas, indígenas e amarelas são as que aparecem mais próximas ao centro, com menores ocorrências, ou nenhuma nos casos das candidatas indígenas e amarelas, fora da região de maior densidade, o que indica menor presença entre as campanhas de alto investimento ou desempenho excepcional.

5.1.2 Análise em Componentes Principias - Estudo das interações entre Votos, Despesas e Receita de Campanha com grau de instrução

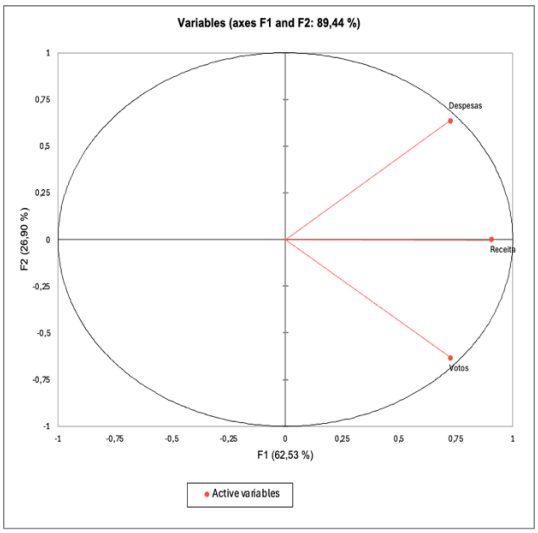
A aplicação da Análise em Componentes Principais (ACP) às variáveis votos, despesas e receita de campanha, agora combinada com o grau de instrução das candidatas, permite investigar se diferentes níveis educacionais se associam a padrões distintos de financiamento e desempenho eleitoral. Assim, torna-se possível identificar como os perfis educacionais se distribuem em relação aos principais eixos de variação dos recursos de campanha e dos resultados obtidos nas urnas.

Tabela 3 - Valor Próprio de votos, receita e despesas pagas juntamente ao grau de instrução

	F1	F2	F3
Valor Próprio	**1,876**	**0,807**	**0,317**
Variabilidade (%)	**62,532**	**26,904**	**10,564**
Valor Acumulado %	**62,532**	**89,436**	**100,000**

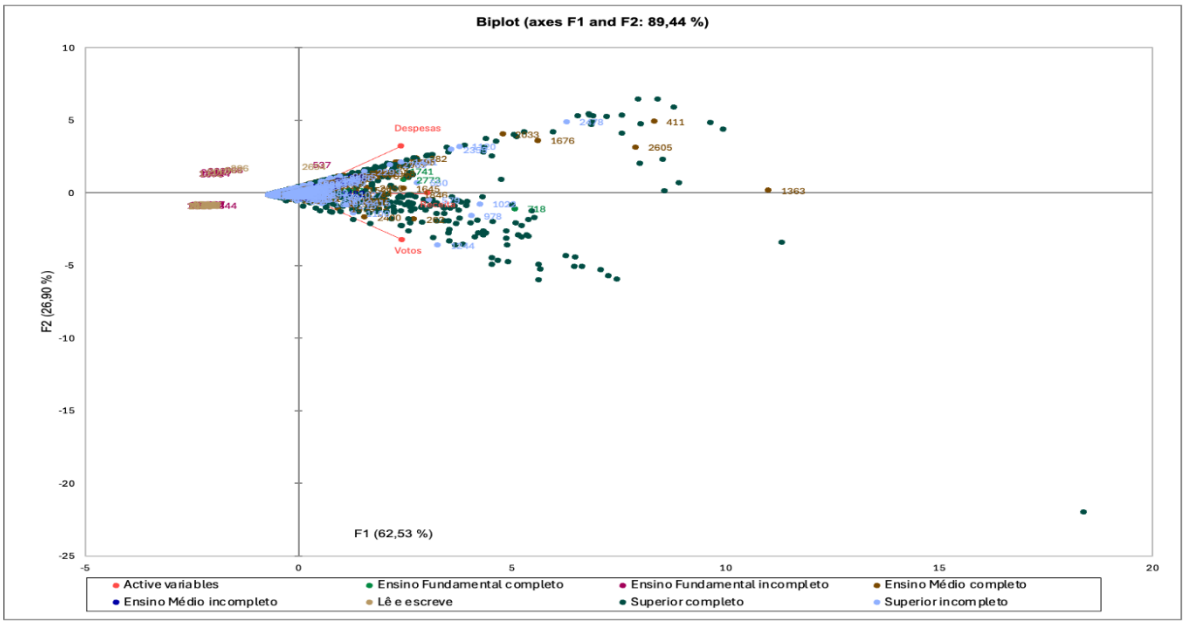
Os valores próprios associados aos componentes F1 e F2 permanecem inalterados em relação à análise anterior, que considerou as variáveis quantitativas em conjunto com cor e raça. Isso indica que a inclusão do grau de instrução como variável não altera de maneira significativa a variância sintetizada pelos dois primeiros componentes. Em outras palavras, o grau de instrução, embora relevante para a interpretação substantiva dos resultados, não modifica a organização matemática da ACP.

Gráfico 11 - Correlação dos eixos F1 e F2 unidos ao grau de instrução



A partir da visualização círculo de correlações acima, é possível identificar que a projeção de grau de instrução unida as variáveis receita, despesas pagas e votos não alteram drasticamente a sua variância, assim a análise do gráfico e suas projeções se tornam altamente semelhantes às apresentadas no subtópico 5.1.

Gráfico 12 - Biplot dos componentes F1 e F2 unidos ao grau de instrução



O biplot que integra as variáveis votos, despesas e receita de campanha ao grau de instrução das candidatas mantém a mesma estrutura observada nas análises anteriores, com forte concentração da maior parte das observações na região próxima à origem. Isso indica que, independentemente do nível educacional, a maior parte das candidatas apresentam uma média comum em termos de volume de recursos e desempenho eleitoral.

Ao observar a dispersão por nível de instrução, percebe-se que candidatas com superior completo e ensino médio completo ocupam predominantemente as posições mais distantes da origem, podendo indicar que tais candidaturas apresentam um desempenho distinto do padrão. Em contraste, candidatas com níveis educacionais mais baixos (como ensino fundamental incompleto, ensino fundamental completo, ensino médio incompleto e lê e escreve) aparecem de forma mais densa na região central do gráfico, sem projeções

expressivas, o que pode indicar uma baixa presença entre as campanhas mais robustas financeiramente.

5.1.3 Análise em Componentes Principias - Estudo das interações entre Votos, Despesas e Receita de Campanha com faixa etária

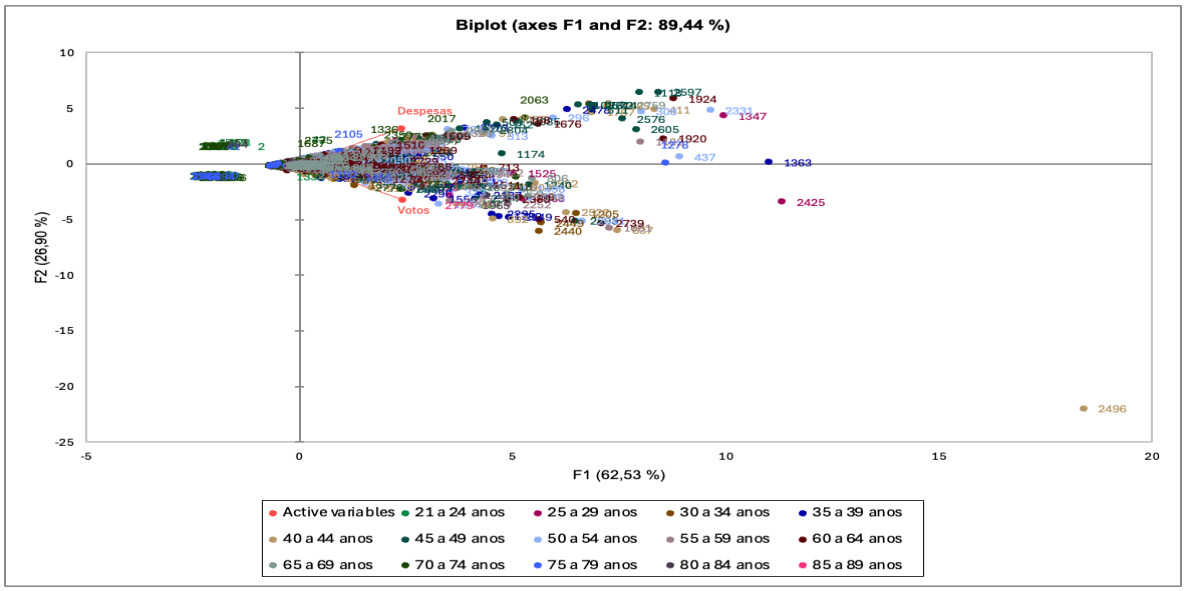
A incorporação da faixa etária à ACP, em conjunto com votos, despesas e receita de campanha, permite observar de que maneira diferentes grupos etários se distribuem pelo espaço formado pelos dois primeiros componentes, aproximando-se mais das regiões associadas a maior ou menor desempenho eleitoral e financeiro.

Tabela 4 - Valor Próprio de votos, receita e despesas pagas juntamente às faixas etárias

	F1	F2	F3
Valor Próprio	**1,876**	**0,807**	**0,317**
Variabilidade (%)	**62,532**	**26,904**	**10,564**
Valor Acumulado %	**62,532**	**89,436**	**100,000**

Os valores próprios associados aos componentes F1 e F2 permanecem inalterados em relação às análises anteriores, que consideraram as variáveis quantitativas em conjunto com cor e raça e grau de instrução. Isso indica que a inclusão da faixa etária como variável não altera de maneira significativa a variância sintetizada pelos dois primeiros componentes. Assim como seu círculo de correlações não apresentou diferenças significativas.

Gráfico 13 - Biplot dos componentes F1 e F2 unidos à faixa etária



O biplot que incorpora a faixa etária às variáveis votos, despesas e receita de campanha revela uma distribuição concentrada das candidatas próximas à origem, indicando que a maioria apresenta valores relativamente semelhantes nessas três dimensões, independentemente da idade. Assim como nos gráficos anteriores, apenas um número reduzido de observações se destaca como outliers, projetando-se para regiões mais extremas dos eixos F1 e F2. Os pontos afastados correspondem majoritariamente a candidatas de faixas etárias intermediárias e mais altas, como os grupos de 50 a 54 anos, 55 a 59 anos e 60 a 64 anos, sugerindo que, quando ocorrem desempenhos muito acima da média, eles tendem a se concentrar em perfis etários mais maduros.

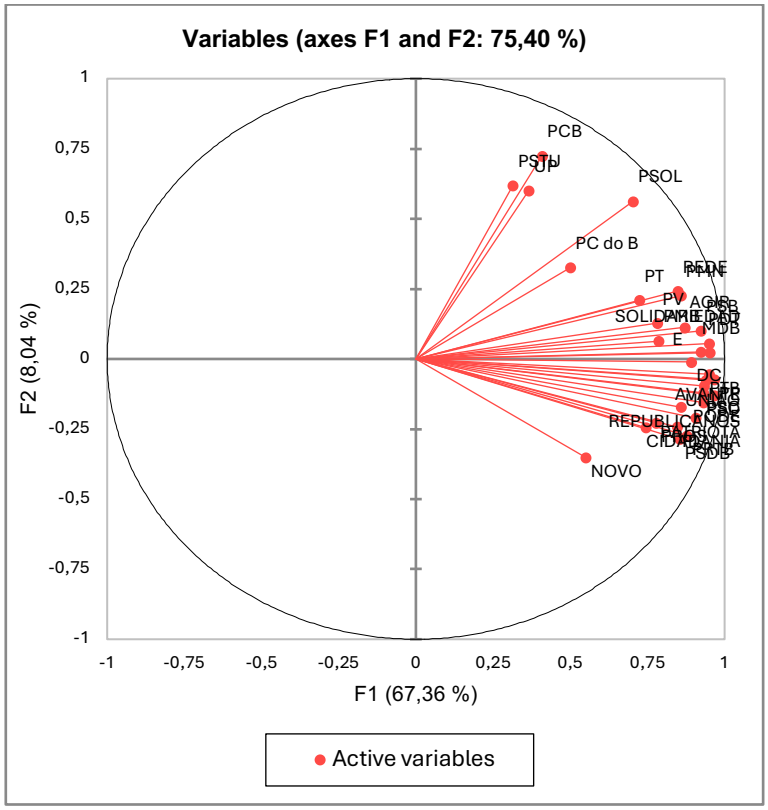
No geral, a maior parte das faixas etárias permanece sobreposta e distribuída de modo compacto, o que indica que a idade, isoladamente, não diferencia de forma latente o comportamento das candidatas em termos de votos, despesas ou receitas de campanha, mas sugere que determinados partidos tendem a investir em campanhas de candidatas mais maduras.

5.2 Análise em Componentes Principais – Interação entre Partidos e Ocupações Prévias

A relação entre ocupação prévia e filiação partidária constitui um elemento fundamental para compreender os padrões de recrutamento e de competitividade das

mulheres na disputa por cargos legislativos. Assim, busca-se compreender se perfis profissionais distintos tendem a ser valorizados de maneira desigual pelas legendas, refletindo tanto estratégias eleitorais quanto estruturas internas de poder que favorecem determinados tipos de trajetória. Para explorar essas interações de forma integrada, esta subseção aplica a Análise em Componentes Principais (ACP) às variáveis partido político e ocupação anterior das candidatas eleitas em 2022.

Gráfico 14 – Correlação dos Partidos



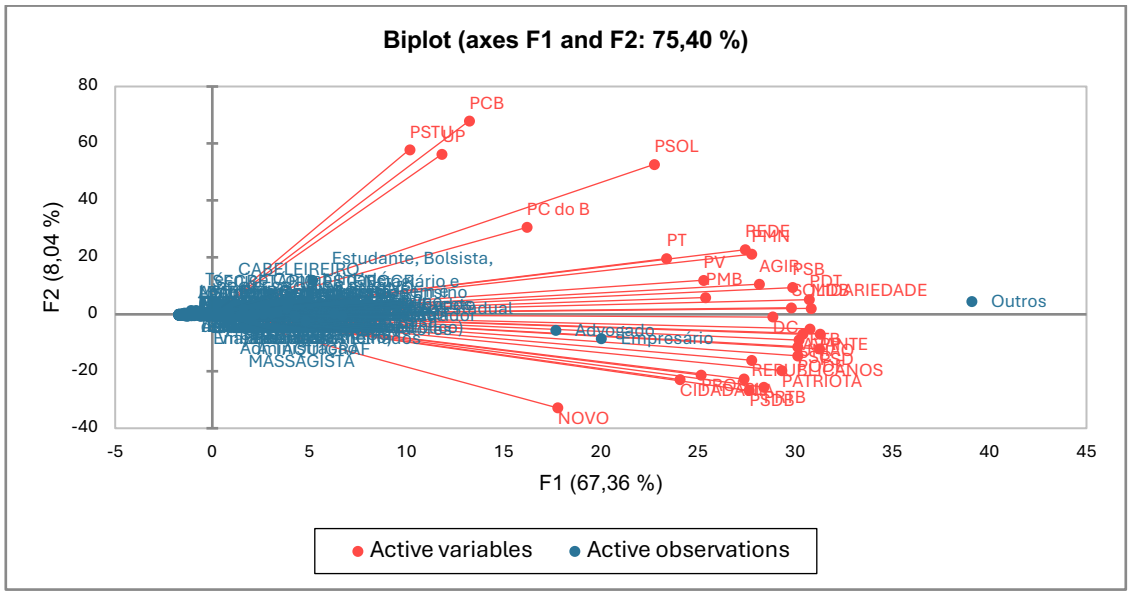
O círculo de correlações revela como as variáveis referentes aos partidos políticos se distribuem nos dois primeiros componentes principais, que juntos explicam 75,40% da variância total. O Componente 1 (F1), responsável por 67,36% da variância, organiza os partidos segundo um eixo de proximidade entre legendas. Desse modo, partidos como PL, PP, MDB, PSD, UNIÃO, REPUBLICANOS e PSDB aparecem fortemente correlacionados

com o eixo, sugerindo que eles concentram perfis ocupacionais semelhantes entre as candidatas.

No extremo inferior, o NOVO se distancia dos outros partidos no eixo F1, indicando que o partido apresenta um padrão ocupacional bastante distinto do conjunto das demais legendas, possivelmente por recrutar perfis profissionais mais específicos ou menos tradicionais dentro da política institucional. Já no quadrante superior, partidos como PCB, PSTU, UP, PSOL e PcdoB se afastam tanto do centro quanto das legendas de direita e centro-direita, também, sugerindo outra lógica de recrutamento.

De maneira geral, os resultados da ACP reforçam que o padrão de recrutamento das mulheres eleitas em 2022 não se distribui de forma uniforme entre os partidos, mas segue lógicas próprias de cada legenda, vinculadas a seus perfis ideológicos, tamanhos organizacionais e graus de institucionalização. As diferenças observadas entre partidos grandes e tradicionais, partidos ideológicos de esquerda e partidos com estratégias de seleção mais específicas, revelam que as ocupações prévias das deputadas não apenas refletem recursos individuais, mas também expressam os filtros estruturais impostos pelas organizações partidárias.

Gráfico 15 - Biplot dos Partidos unidos à ocupação prévia

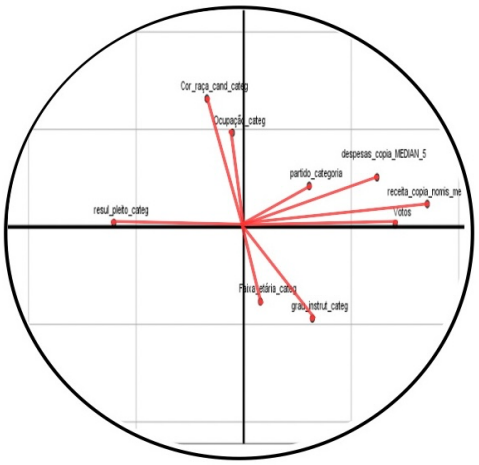


Embora os rótulos referentes às ocupações prévias estejam sobrepostos e, portanto, ilegíveis no “Biplot de Gabriel”, a distribuição dos partidos permanece claramente visível e permite algumas interpretações gerais. Observa-se que o eixo F1, responsável pela maior parte da variância explicada, concentra um grande agrupamento de partidos de centro-direita na parte inferior do gráfico, enquanto legendas como PCB, PSTU e PSOL se projetam na região superior, diferenciando-se principalmente ao longo de F2. Já o partido NOVO aparece isolado no quadrante inferior direito, indicando um padrão distinto das demais legendas nessa dimensão principal. Assim, mesmo com a limitação visual relacionada aos rótulos das ocupações, o gráfico permite identificar diferenças estruturais de padrões de recrutamento entre os partidos.

5.3 Variáveis nominais unidas às numéricas

A fim de compreender de maneira integrada como diferentes dimensões do perfil das candidatas se relacionam entre si, aplicou-se a Análise em Componentes Principais (ACP) às variáveis de cor e raça, ocupação, filiação partidária, faixa etária, grau de instrução e resultado do pleito, juntamente com as variáveis numéricas referentes aos votos e às medianas de receitas e despesas de campanha. O objetivo dessa etapa é identificar quais conjuntos de variáveis apresentam maior correlação e quais dimensões estruturam a variação entre as candidatas, permitindo visualizar tanto os fatores associados ao desempenho eleitoral quanto aqueles que expressam diferenças socioprofissionais e identitárias.

Gráfico 16 – Correlação das variáveis



O primeiro quadrante é fortemente estruturado pelas variáveis relacionadas ao desempenho eleitoral, com votos, a mediana das receitas e das despesas posicionadas próximas uma das outras na parte superior direita do gráfico. Esse agrupamento indica elevada correlação entre esses fatores e sugere que a variação entre as candidatas associada à competitividade eleitoral e ao volume de recursos mobilizados na campanha tendem a ser correlacionáveis. A variável referente ao partido aparece também no primeiro quadrante, ainda que de forma menos pronunciada, sinalizando que a filiação partidária conserva alguma associação com padrões de financiamento e desempenho.

O segundo quadrante expressa uma dimensão distinta, relacionada às características socioprofissionais e identitárias. Nesse eixo, destacam-se as variáveis cor/raça categorizada e ocupação categorizada, ambas projetadas na região superior esquerda do gráfico, sugerindo que essas classificações diferenciam significativamente o perfil das candidatas, independentemente do desempenho eleitoral. No quarto quadrante, as variáveis faixa etária e grau de instrução aparecem associadas, mas com pouca influência com as variáveis do segundo quadrante, indicando que idade e escolaridade guardam relação moderada com competitividade, embora não contribuam tanto para a dimensão socioprofissional.

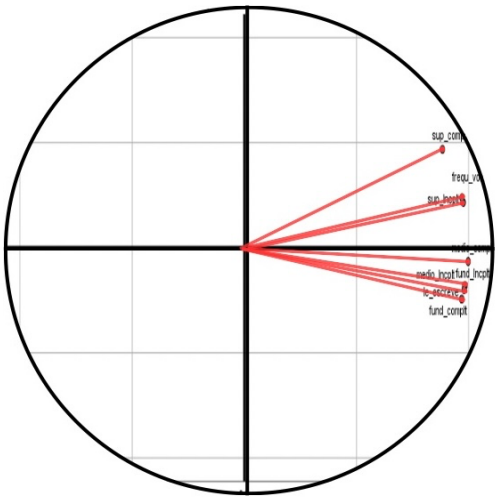
Por outro lado, o resultado do pleito categorizado encontra-se deslocado na área do segundo quadrante, demonstrando uma baixa correlação com as demais variáveis. Em

conjunto, o gráfico evidencia uma separação clara entre os fatores determinantes de desempenho eleitoral, concentrados no primeiro quadrante, e os elementos estruturais do perfil das candidatas, concentrados no segundo quadrante. Assim, a análise indica que as desigualdades de perfil socioprofissional e identitário operam como dimensões paralelas, importantes para compreender a heterogeneidade entre as mulheres candidatas, mas não diretamente determinantes de competitividade eleitoral quando comparadas ao peso dos recursos financeiros e dos votos.

5.4 Grau de instrução unido à votos

Com o intuito de examinar a relação entre o nível educacional das candidatas e seu desempenho eleitoral, para permitir identificar quais níveis de escolaridade apresentam maior associação com a dimensão de competitividade eleitoral representada pelos componentes principais, bem como compreender como essas categorias se distribuem no espaço multivariado.

Gráfico 17 – Correlação de grau de instrução e votos



O gráfico apresenta a projeção das variáveis relacionadas ao grau de instrução das candidatas – ensino superior completo, ensino superior incompleto, ensino médio completo, ensino médio incompleto, ensino fundamental completo, ensino fundamental incompleto e a categoria “lê e escreve” – juntamente com a variável votos. A distribuição das variáveis revela um forte padrão de alinhamento ao longo do primeiro e segundo quadrantes, o que sugere que, dentro deste gráfico, elas têm padrões de comportamento semelhantes.

Todas as variáveis estão projetadas nos quadrantes direitos do gráfico, indicando correlação positiva com o primeiro componente (F1)**.** Isso significa que, independentemente do nível de escolaridade, existe algum grau de associação com o eixo da ACP que, pelo posicionamento da variável votos, é dominado pela dimensão do desempenho eleitoral. Em outras palavras, o primeiro componente está essencialmente organizado pela variação nos votos, e todas as categorias de escolaridade apresentam relação com essa dimensão, embora em intensidades diferentes.

Entre as variáveis educacionais, ensino superior completo aparece como a mais afastada do centro e na região superior, sugerindo que essa categoria contribui mais fortemente para a variância capturada no modelo. A proximidade entre superior completo e votos indica que candidatas com nível superior completo tendem a apresentar maior associação com o desempenho eleitoral, de acordo com a estrutura capturada pelos componentes. Já ensino superior incompleto, médio incompleto e médio completo *s* encontram-se mais próximos do eixo horizontal, sugerindo variação moderada, porém ainda positivamente relacionada ao primeiro componente.

As categorias de escolaridade mais baixas — ensino fundamental completo, fundamental incompleto e “lê e escreve” — estão igualmente posicionadas à direita, mas mais próximas da origem, indicando menor correlação com o eixo de desempenho eleitoral quando comparadas às categorias de ensino superior e médio completo. Esse padrão é coerente: a proximidade ao centro indica que essas categorias agregam variabilidade, mas têm menor peso na composição do componente principal.

Em síntese, o círculo de correlações revela que o grau de instrução guarda relação positiva com o componente associado aos votos, e que candidatas com níveis mais elevados

de escolaridade, especialmente ensino superior completo, se afastam mais do centro, indicando maior capacidade explicativa dentro da estrutura da ACP. Por outro lado, níveis educacionais mais baixos apresentam menor contribuição para a variância capturada, de modo que permanecem próximos ao eixo central com influência mais limitada sobre o componente eleitoral principal.

6. CANDIDATURAS COM VOTAÇÃO NULA

Esta seção dedica-se à análise das candidatas que receberam zero votos nas eleições de 2022, a partir da construção de tabelas de contingência que permitam observar padrões internos desse grupo específico. Parte-se da premissa de que a ausência total de votos, incluindo o próprio voto da candidata, pode sinalizar a existência de candidaturas laranjas ou meramente formais, hipótese recorrente em estudos sobre sub-representação e práticas irregulares no processo eleitoral (SANTOS & SCHMITT, 1997). Para garantir uma análise consistente, foram consideradas apenas as candidatas que declararam tanto receitas quanto despesas de campanha, de modo que fosse possível examinar o conjunto completo de variáveis financeiras relacionadas à sua participação eleitoral. Assim, esta seção busca explorar se há correlações relevantes entre características sociodemográficas, perfil partidário e comportamento financeiro dessas candidatas que contribuam para compreender o fenômeno das candidaturas com votação nula.

O exame das candidatas que obtiveram zero votos constitui um recorte analítico particularmente relevante para compreender os mecanismos de exclusão e as dinâmicas internas do sistema partidário. Ao focar esse grupo específico, a análise desloca a atenção do resultado eleitoral em si para as condições de entrada e de participação na disputa, permitindo observar como partidos se articulam a diferentes perfis sociais, territoriais e organizacionais.

6.1 Receita de campanha e seus padrões associados entre candidatas com zero votos

Nesta subseção, examina-se como a variável receita de campanha se articula com diferentes características das candidatas que receberam zero votos, buscando identificar padrões que possam indicar a existência de candidaturas não competitivas ou potencialmente laranjas. A análise da receita, quando cruzada com fatores como partido, cor e raça, ocupação prévia, estado civil e despesas, permite observar se recursos financeiros foram distribuídos de maneira coerente com a expectativa de desempenho eleitoral ou se revelam indícios de uso instrumental dessas candidaturas apenas para o cumprimento formal das cotas de gênero. Ao avaliar a receita no contexto mais amplo do perfil das candidatas, esta seção contribui

para compreender se há consistência entre o financiamento recebido e a atuação efetiva das campanhas, aspecto central na investigação do fenômeno das candidaturas com votação nula.

6.1.1 Receita comparada aos partidos

A relação entre receita de campanha e partido político entre as candidatas que receberam zero votos permite identificar possíveis padrões de distribuição de recursos que ajudem a compreender o papel dessas candidaturas dentro das estratégias partidárias. Ao observar como cada legenda financia, ou deixa de financiar, mulheres que não obtiveram nenhum voto, é possível avaliar se determinados partidos concentram recursos em candidaturas não competitivas, o que pode indicar práticas associadas ao uso instrumental das cotas de gênero. Esta análise, portanto, busca revelar assimetrias no financiamento intrapartidário e potenciais sinais de candidaturas laranjas.

Gráfico 18 – Distribuição de receitas por partido entre as candidatas não votadas



Ao convergir partidos e classes de receita, observam-se perfis distintos de distribuição que ajudam a qualificar o comportamento financeiro das legendas. O PROS, por exemplo, apresenta a maior dispersão, com registros que vão da faixa mais baixa (180–10000 Reais) até o intervalo mais alto (1000000–3000000 de Reais), destacando-se a classe de 125000–500000, na qual se concentram dois de seus casos. Essa dispersão indica um partido que atua

em diferentes patamares de arrecadação, combinando candidaturas ou estruturas capazes de mobilizar tanto recursos modestos quanto valores elevados. O UNIÃO também se sobressai pela presença nas faixas superiores, com registros nas duas classes mais altas de receita, o que sinaliza uma inserção consistente em segmentos de maior capacidade financeira.

Em contraste, outros partidos apresentam padrões bem mais concentrados. O PATRIOTA é um exemplo claro: dos seus quatro casos, três estão localizados na faixa de 60000–90000, configurando um perfil predominantemente intermediário, distante tanto das receitas mais baixas quanto das mais elevadas. O PL, por sua vez, combina uma ocorrência na faixa mais baixa (180–10000 Reais) com registros em intervalos intermediários (60000–90000 e 90000–125000 Reais), delineando um padrão de receitas medianas, ainda que com alguma heterogeneidade interna. Já legendas como REDE, AVANTE, UP, REPUBLICANOS e PRTB aparecem restritas a uma única faixa de receita, o que pode estar relacionado tanto ao reduzido número de casos quanto a uma menor diversidade de estratégias e capacidades de arrecadação.

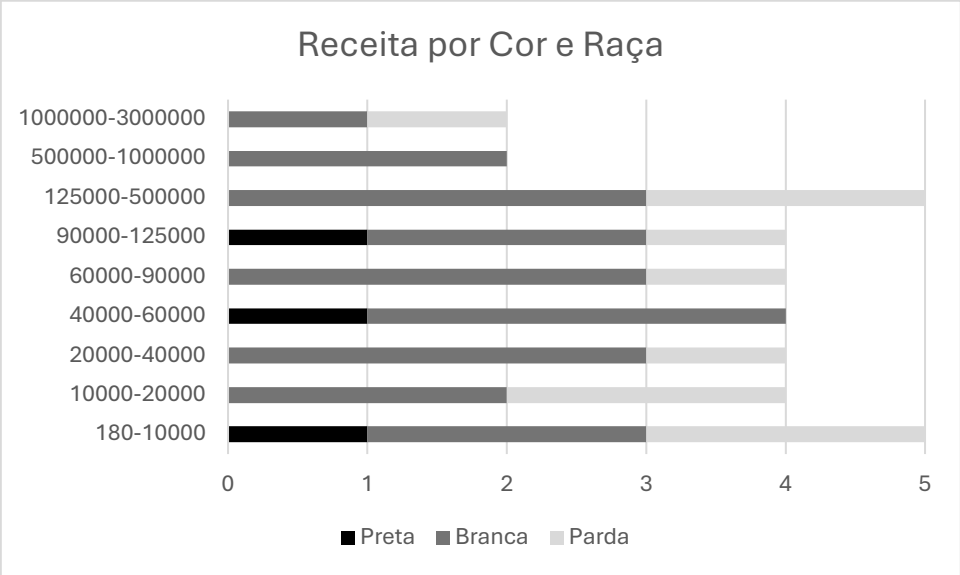
Em conjunto, esses resultados apontam para uma assimetria relevante entre os partidos no que diz respeito à variedade de montantes movimentados. Enquanto algumas legendas, como PROS e UNIÃO, exibem um espectro amplo de receitas, alcançando inclusive as faixas mais elevadas, outras permanecem circunscritas a valores baixos ou médios. Tal configuração sugere que o sistema partidário, ao menos nesta amostra, é marcado por diferenças significativas no acesso a recursos financeiros, com potenciais repercussões sobre a competitividade eleitoral, a visibilidade pública das legendas e a capacidade de sustentar estruturas organizacionais mais complexas. A incorporação dessa análise à monografia permite, assim, avançar para além da distribuição numérica das receitas, discutindo também as implicações políticas e normativas de um cenário em que poucos partidos concentram maior diversidade e níveis mais elevados de financiamento.

6.1.2 Receita comparada à cor/raça

A análise da relação entre receita de campanha e cor/raça das candidatas insere-se em um debate mais amplo sobre as desigualdades estruturais que atravessam o sistema político brasileiro. Ao incorporar a variável racial, busca-se compreender de que maneira marcadores

sociais historicamente associados à exclusão, como a raça, se articulam aos mecanismos de financiamento eleitoral, podendo reproduzir ou aprofundar assimetrias já existentes.

Gráfico 19 - Distribuição de receitas por cor e raça entre as candidatas não votadas



A tabela de contingência que relaciona classes de receita e cor/raça evidencia um total de 34 casos distribuídos em nove faixas de valores e três categorias de cor/raça: preta, branca e parda. Observa-se uma forte predominância de pessoas brancas, que somam 21 registros, o que corresponde à maior parte do conjunto; em seguida aparecem pessoas pardas, com 10 casos, e em menor número pessoas pretas, com apenas 3 registros. Essa distribuição geral já indica um padrão de desigualdade na presença de diferentes grupos raciais ao longo do espectro de receita apresentado.

Ao analisar a composição das faixas de receita, nota-se que essa predominância branca se mantém de forma relativamente constante em quase todos os intervalos. Em todas as classes, com exceção da faixa mais alta (1000000-3000000 de Reais), há sempre pelo menos dois casos de pessoas brancas, chegando a três registros em quatro faixas. As pessoas pardas, embora presentes em quase todas as faixas, aparecem, com frequência em números inferiores aos das pessoas brancas, variando de zero a dois registros por classe. No caso das

pessoas pretas, a presença é pontual: há um registro nas faixas de 180–10000, 40000–60000 e 90000–125000 de Reais, e ausência completa nas demais.

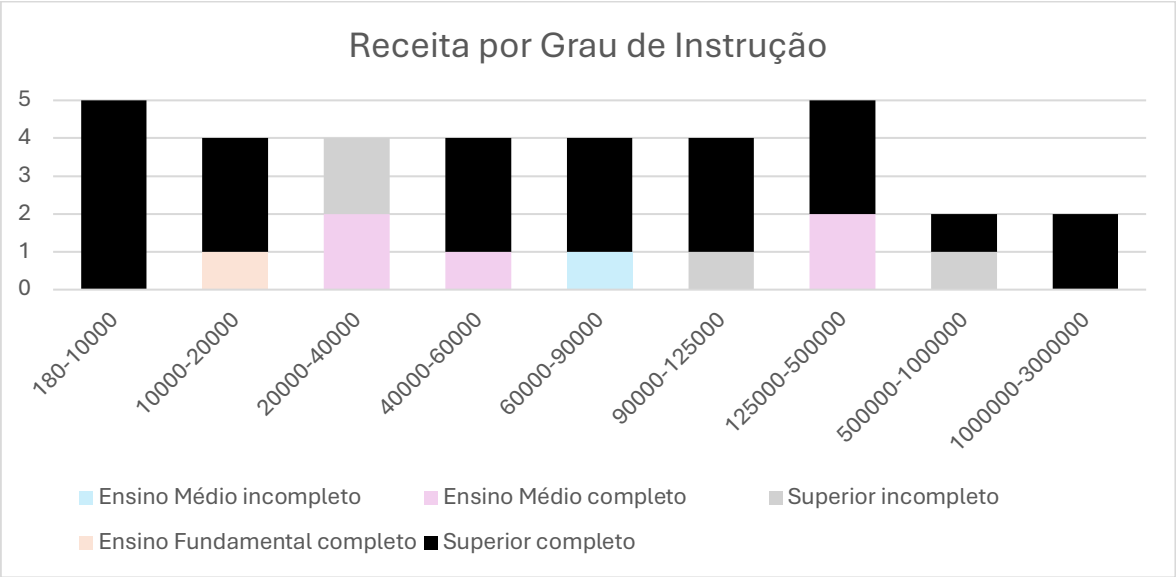
Esse padrão sugere que a inserção de pessoas brancas nas diferentes classes de receita é mais ampla e diversificada, uma vez que elas se distribuem por todo o continuum de valores, incluindo as faixas mais elevadas. Já as pessoas pardas também alcançam tanto faixas baixas quanto altas, mas sempre em números reduzidos, com um ou dois casos em cada intervalo e ausência em 40000–60000 e 500000–1000000 de Reais. No caso das pessoas pretas, a concentração em apenas três faixas, duas intermediárias e uma baixa, parece indicar uma participação mais restrita, sem registros nas classes de receita mais altas.

Em termos interpretativos, ainda que o número total de observações seja limitado, os dados apontam para uma estrutura em que brancos ocupam de maneira mais consistente e numerosa as diferentes posições do espectro de receita, inclusive nos patamares superiores, enquanto pretos e pardos se fazem presentes de forma mais esparsa e com menor frequência. Essa configuração é compatível com a literatura que discute desigualdades raciais na distribuição de recursos, sugerindo que, mesmo em um universo pequeno como o desta amostra, padrões de concentração racial de renda continuam a se manifestar. Incorporar essa análise à monografia permite articular a evidência empírica da tabela com debates teóricos sobre raça, estratificação socioeconômica e acesso desigual a recursos políticos e financeiros.

6.1.3 Receita comparada ao grau de instrução

A análise conjunta entre receita de campanha e grau de instrução tem como objetivo examinar a distribuição dos recursos financeiros a partir de um recorte socioeducacional das candidatas. Metodologicamente, o grau de instrução é utilizado como uma variável categórica que permite diferenciar perfis educacionais e observar sua associação com distintas faixas de arrecadação. O cruzamento dessas variáveis possibilita identificar padrões de concentração, dispersão ou ausência de recursos entre níveis de escolaridade distintos, sem pressupor relações causais. Trata-se, portanto, de uma análise descritiva, orientada a mapear como os recursos de campanha se distribuem no interior do universo analisado, oferecendo subsídios empíricos para a interpretação das desigualdades que estruturam o financiamento eleitoral.

Gráfico 20 – Distribuição de receita por grau de instrução



A tabela de contingência entre faixas de receita e grau de instrução evidência, antes de tudo, um perfil educacional elevado entre as candidatas analisadas. Mais de dois terços dos casos (67,65%) correspondem a mulheres com ensino superior completo, enquanto os níveis mais baixos de escolaridade aparecem de forma residual. Esse dado inicial sugere que o acesso à disputa eleitoral, mesmo entre candidatas com desempenho eleitoral nulo, está associado a trajetórias educacionais mais longas, o que condiciona também a forma como os recursos de campanha se distribui.

Ao observar a relação entre escolaridade e arrecadação, nota-se que as candidatas com ensino superior completo ocupam uma posição central na estrutura de financiamento. Esse grupo não apenas concentra a maior parte dos casos, como também está presente em 88,9% das faixas de receita (8 de 9 faixas), desde os valores mais baixos até os intervalos mais elevados. Tal dispersão indica que o ensino superior completo se associa a uma maior diversidade de capacidades de arrecadação, permitindo que essas candidatas transitem por diferentes patamares de financiamento. Mesmo nas faixas mais altas, de meio milhão a três milhões de reais, a presença é exclusiva ou majoritária desse grupo, o que reforça seu papel dominante no acesso aos recursos.

Em contraste, as candidatas com níveis intermediários de instrução, como ensino médio completo ou superior incompleto, apresentam uma inserção mais restrita. Embora apareçam em algumas faixas intermediárias e, pontualmente, em estratos mais elevados, esses grupos não alcançam a mesma amplitude de distribuição observada entre as candidatas com ensino superior completo. Já os níveis mais baixos de escolaridade são marginais na tabela, com apenas um registro cada e sem qualquer presença nas faixas superiores de receita, o que indica uma limitação clara tanto em termos numéricos quanto de capacidade de mobilização financeira.

De forma geral, a análise sugere que o grau de instrução opera como um importante fator de diferenciação no financiamento das campanhas. Ainda que não seja possível estabelecer relações causais, o padrão observado aponta para uma associação consistente entre maior escolaridade e maior inserção nos diferentes estratos de arrecadação, especialmente nos mais elevados. Esse resultado reforça a ideia de que desigualdades educacionais se articulam às desigualdades de acesso a recursos políticos, contribuindo para a reprodução de assimetrias no interior do processo eleitoral.

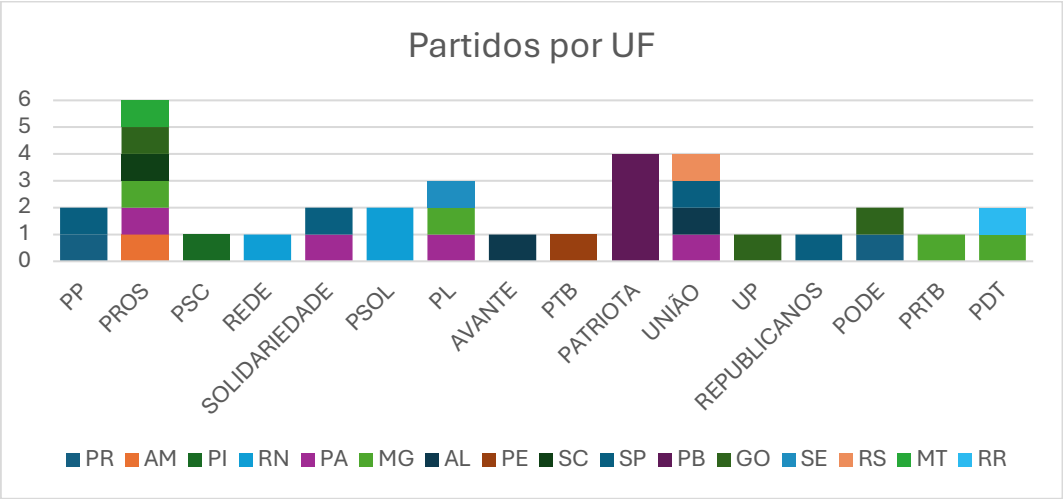
6.2 Partidos e seus padrões associados entre candidatas com zero votos

Neste subtópico, a análise volta-se às candidatas que obtiveram zero votos, tomando o partido político como eixo central de investigação. Considera-se que as legendas desempenham papel relevante na estruturação das candidaturas, na alocação de recursos e na definição das estratégias eleitorais. A partir desse enquadramento, o partido é articulado a outras variáveis: cor/raça, despesas de campanha e unidade da federação, com o objetivo de identificar padrões de distribuição e assimetrias internas entre as legendas.

6.2.1 Distribuição dos partidos das candidatas por Unidade Federativa

Ao cruzar partido e UF, busca-se identificar padrões de concentração, dispersão e assimetrias territoriais entre as legendas, oferecendo subsídios para uma leitura mais abrangente das estratégias partidárias e das desigualdades regionais que atravessam o processo eleitoral.

Gráfico 21 – Partidos comparados à Unidade federativa



A tabela de contingência entre partido político e unidade da federação das candidatas que obtiveram zero votos reúne 34 casos e revela uma distribuição territorial dispersa, tanto do ponto de vista regional quanto partidário. Não há concentração expressiva em uma única UF, o que indica que as candidaturas sem votação se dispersam pelo território nacional, ainda que com padrões específicos quando observadas a partir das legendas.

Nesse contexto, algumas unidades da federação concentram um número ligeiramente maior de ocorrências. São Paulo, Minas Gerais, Pará e Paraíba aparecem com quatro casos cada, enquanto Rio Grande do Norte e Goiás registram três ocorrências. As demais UFs apresentam um ou dois casos, o que reforça o caráter pulverizado do fenômeno. Essa dispersão territorial sugere que as candidaturas zero não estão associadas exclusivamente a contextos regionais específicos, mas se manifestam de forma relativamente difusa no país.

Ao observar a distribuição partidária dentro das UFs, emergem padrões distintos. O PATRIOTA, por exemplo, apresenta uma concentração clara na Paraíba, onde se localizam todos os seus quatro casos. Em contraste, partidos como PROS e UNIÃO exibem uma presença mais dispersa, com registros distribuídos por diferentes estados. O PROS aparece em seis UFs distintas, enquanto o UNIÃO está presente em quatro, o que indica uma inserção territorial mais ampla dessas legendas no conjunto das candidaturas sem votação.

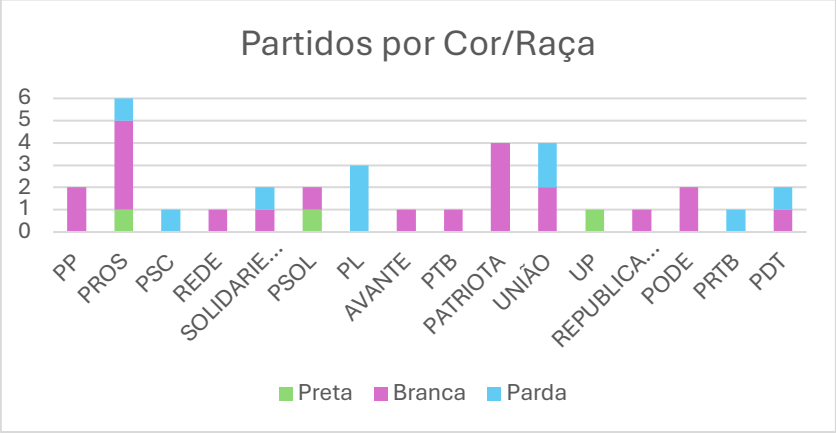
Outros partidos apresentam padrões intermediários ou bastante restritos. O PL, com três casos, distribui-se por estados distintos, enquanto PP e PODE aparecem em dois estados cada. Em sentido oposto, PSC, REDE, AVANTE, PTB, UP, REPUBLICANOS e PRTB surgem associados a apenas uma unidade da federação, o que pode ser explicado tanto pelo baixo número absoluto de casos quanto por uma inserção territorial mais limitada dessas legendas no universo analisado.

Dessa forma, a análise aponta para uma combinação de dispersão territorial e assimetria partidária. Algumas legendas concentram suas candidaturas zero em estados específicos, sugerindo padrões localizados de recrutamento ou estratégia partidária, enquanto outras apresentam maior dispersão regional. Esses resultados indicam que, mesmo entre candidaturas sem votação, o partido político opera como um elemento organizador relevante da distribuição territorial, revelando diferenças na capilaridade das legendas e nas formas como elas se inserem nos contextos estaduais.

6.2.2 Distribuição dos partidos das candidatas por cor e raça

Este subitem analisa a distribuição das candidatas com zero votos segundo partido político e cor e raça, tomando os partidos como instâncias centrais de mediação da representação. Ao incorporar a variável racial, a análise busca identificar se legendas reproduzem desigualdades raciais, especialmente no que diz respeito ao recrutamento e ao posicionamento de candidaturas menos competitivas.

Gráfico 22 – Partidos comparados à cor e raça



O gráfico acima evidencia uma distribuição racial desigual no interior das legendas, com predominância expressiva de candidatas brancas e presença mais restrita de candidatas pretas e pardas entre as candidatas com votação nula. Esse padrão geral indica que, mesmo no segmento menos competitivo da disputa eleitoral, a dimensão racial permanece relevante para compreender como as candidaturas se organizam no interior dos partidos.

As candidatas brancas concentram a maior parte dos registros e estão presentes na quase totalidade das legendas. Partidos como PROS e PATRIOTA se destacam nesse aspecto, cada um com quatro candidatas brancas, enquanto PP, UNIÃO e PODE aparecem com dois registros cada. Em diversas legendas (PP, REDE, AVANTE, PTB, REPUBLICANOS, PATRIOTA, PODE e PDT), a presença branca é exclusiva, o que sugere um padrão recorrente de recrutamento ou posicionamento dessas candidaturas no interior dos partidos.

Em contraste, as candidatas pardas apresentam uma distribuição mais limitada e concentrada em poucas legendas. O PL se destaca por reunir três candidatas pardas, configurando o caso mais expressivo dessa categoria racial na tabela. Além disso, PSC, SOLIDARIEDADE, UNIÃO, PRTB e PDT aparecem com um ou dois registros de candidatas pardas, enquanto a maioria dos partidos não apresenta nenhuma ocorrência nesse grupo, de modo que esse padrão aponta para uma inserção seletiva e desigual das candidatas pardas entre as legendas.

As candidatas pretas constituem o grupo mais reduzido ao aparecer em apenas em três partidos: PROS, PSOL e UP, com um caso em cada legenda. A ausência de candidatas pretas na maior parte dos partidos reforça a posição marginal desse grupo no universo analisado, o que indica limites importantes à sua inclusão, mesmo entre candidaturas que já ocupam posições periféricas na competição eleitoral.

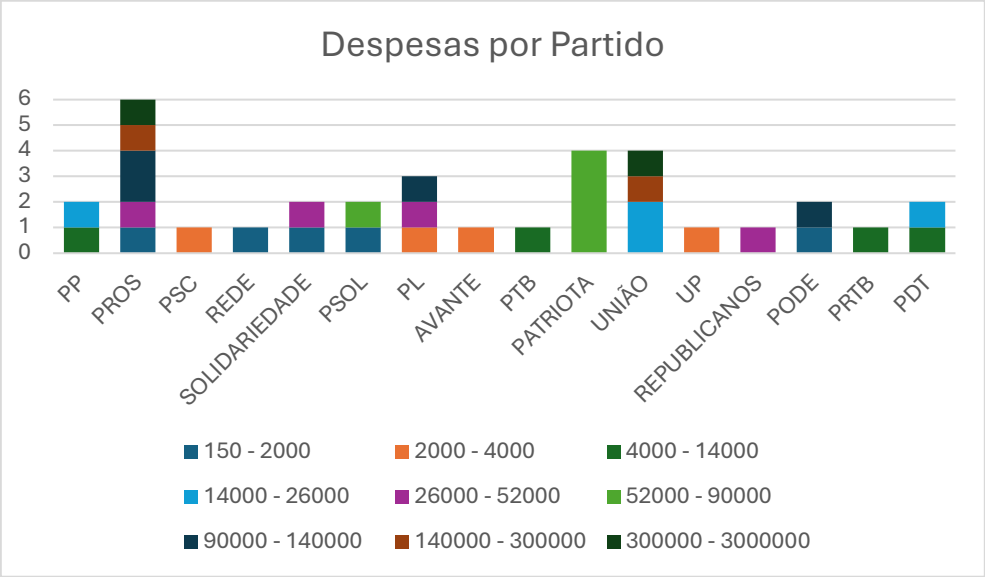
Assim, a análise sugere que os partidos políticos não apenas refletem, mas também organizam desigualdades raciais no interior do sistema representativo. A predominância de candidatas brancas e a presença residual de candidatas pretas e pardas apontam para assimetrias raciais persistentes nos processos de recrutamento e posicionamento partidário. Ainda que se trate de uma análise descritiva, os resultados indicam que a mediação partidária

opera como um elemento central na reprodução dessas desigualdades, contribuindo para a compreensão dos limites da inclusão racial na representação política brasileira, especialmente no caso das candidaturas sem votação.

6.2.3 Distribuição dos partidos por despesas

A análise das despesas pagas pelas candidatas que obtiveram zero votos permite observar como os partidos se posicionam em relação ao investimento efetivo em campanhas que não alcançaram votação. Ao considerar o partido político como eixo de leitura, este subitem busca evidenciar diferenças na forma como as legendas distribuem, ou deixam de distribuir, recursos financeiros entre suas candidaturas de forma efetiva, tendo em vista que o valor residual da receita pós campanha retorna ao órgão partidário (Resolução TSE nº 23.607/2019) e pode evidenciar o nível efetivo de investimento em tais candidatas. A intersecção entre partido e despesas pagas contribui, assim, para compreender em que medida as candidaturas sem votação refletem estratégias partidárias de baixo investimento, alocação residual de recursos ou desigualdades internas no apoio às candidatas.

Gráfico 23 – Partidos comparados às despesas pagas



A comparação entre partidos políticos e classes de despesas pagas das candidatas com zero votos evidencia diferenças relevantes na forma como as legendas alocam seu investimento financeiro em campanhas que não obtêm qualquer retorno eleitoral. No conjunto dos 34 casos, observa-se uma distribuição relativamente dispersa das despesas entre as faixas, com predominância de valores baixos e médios, e presença residual de gastos elevados. Esse padrão reforça a ideia de que as candidaturas sem votação tendem a ocupar posições marginais na estratégia financeira dos partidos.

De modo geral, as classes mais baixas de despesa (150 – 2000 e 2000 – 4000) concentram parte significativa das ocorrências, reunindo, juntas, nove casos. Essas faixas aparecem distribuídas entre diferentes legendas, como PROS, REDE, SOLIDARIEDADE, PSOL, PSC, PL, AVANTE, UP e PODE, indicando que o baixo investimento não se restringe a um único partido, mas constitui um padrão relativamente disseminado entre as candidaturas zero. Ao mesmo tempo, as faixas intermediárias, especialmente entre 14000–26000, 26000–52000 e 52000–90000, também apresentam número expressivo de registros, sugerindo que algumas legendas optam por investimentos moderados mesmo em campanhas que não obtiveram votos.

Entre os partidos, destacam-se perfis distintos de alocação de despesas. O PATRIOTA apresenta um padrão altamente concentrado, com todos os seus quatro casos localizados exclusivamente na faixa de 52000–90000, o que indica um investimento uniforme e limitado a um intervalo específico. O PROS, por sua vez, exibe o perfil mais disperso da tabela, com registros que vão desde a faixa mais baixa até o intervalo mais elevado, evidenciando uma estratégia heterogênea de investimento entre suas candidaturas sem votação. O UNIÃO também se diferencia ao aparecer em faixas intermediárias e superiores, incluindo registros nas classes de 14000–26000, 140000–300000 e 300000–3000000, sinalizando maior capacidade de mobilização de recursos, ainda que sem conversão em votos.

Considerando que eventuais valores residuais de receita retornam ao partido, a análise das despesas pagas adquire centralidade para compreender as prioridades efetivas das legendas. Diferentemente da receita formalmente registrada, a despesa expressa decisões

concretas de investimento, revelando quais candidaturas foram, de fato, financeiramente viabilizadas. Nesse sentido, os padrões observados indicam que, no caso das candidaturas com zero votos, os partidos tendem a operar com níveis reduzidos ou seletivos de gasto, reforçando a hipótese de baixo comprometimento organizacional com essas campanhas.

Em conjunto, os resultados deste subtópico corroboram as evidências apresentadas nas análises anteriores: as candidaturas zero se concentram em posições periféricas não apenas em termos eleitorais, mas também no acesso a recursos financeiros e no investimento efetivo realizado pelos partidos. A variação entre as legendas sugere que o partido político desempenha papel decisivo na definição das condições materiais de campanha, operando como um filtro que estrutura desigualdades internas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia buscou compreender como se estruturam as condições de participação e sucesso eleitoral das mulheres para a Câmara dos Deputados, a partir da análise do perfil das mulheres eleitas a Deputadas Federais, como também, a observação específica das candidaturas femininas que obtiveram zero votos. Ao deslocar o olhar do resultado eleitoral isolado para os mecanismos que organizam a competição, o trabalho procurou evidenciar o papel central dos partidos políticos, do financiamento de campanha e das desigualdades estruturais na conformação da representação feminina no sistema político brasileiro.

Os resultados indicam que a representação das mulheres eleitas permanece concentrada em um número limitado de partidos, confirmando a Hipótese 1 que indaga sobre a existência de maior presença de mulheres eleitas em um grupo reduzido de partidos. As legendas se mostram como instâncias decisivas de mediação da representação, não apenas ao selecionar e lançar candidaturas, mas sobretudo ao definir quais mulheres terão acesso a recursos, visibilidade e apoio organizacional suficientes para transformar suas candidaturas em projetos viáveis. Essa concentração partidária sugere que o avanço da presença feminina no Legislativo não ocorre de maneira homogênea no sistema partidário, sendo condicionado por estratégias internas e pela disposição das legendas em financiar tais candidaturas.

A análise das candidaturas com zero votos permitiu aprofundar a discussão dos padrões de seleção partidária ao evidenciar a existência de um conjunto de mulheres que, embora formalmente incluídas no processo eleitoral, ocupam posições claramente periféricas na disputa, diante da intenção de testar a segunda hipótese em que as candidatas com votos nulos possivelmente apresentam um menor financiamento de campanha. Os resultados confirmam parcialmente a Hipótese 2, ao demonstrar que essas candidaturas se caracterizam não apenas pela ausência de votos, mas também pelo acesso limitado ao apoio partidário e ao investimento financeiro, porém seu financiamento não é necessariamente reduzido, mas sim se concentra em verbas de campanha medianas e baixas. A distribuição das receitas e, sobretudo, das despesas pagas revela que muitas dessas campanhas operam com baixos níveis de recursos ou com investimentos seletivos, reforçando sua baixa viabilidade eleitoral. Nesse

sentido, as candidaturas zero não podem ser interpretadas apenas como fracassos individuais, mas como expressão de desigualdades internas ao sistema partidário e às estratégias de competição. A análise das despesas pagas entre as candidatas com votos zero, mostrou-se particularmente relevante, uma vez que expressa decisões concretas de investimento por parte dos partidos. Considerando que os valores residuais de receita retornam às legendas, a baixa conversão de recursos em despesas indica níveis reduzidos de comprometimento organizacional com determinadas candidaturas. Assim, o financiamento não necessariamente influenciou o não sucesso eleitoral das candidatas com zero votos em 2022, mas expôs o real nível de incentivo partidário entre as candidatas, assim se mostrando um mecanismo estruturante das desigualdades entre mulheres que disputam o mesmo cargo sob diferentes condições de apoio e confiança partidárias.

A incorporação de variáveis como cor/raça, grau de instrução e unidade da federação seguem sendo marcadores eleitorais importantes para a seleção partidária. Os resultados indicam que as desigualdades que atravessam o sistema político brasileiro também se refletem no perfil das candidatas, reproduzindo padrões de exclusão racial, educacional e territorial. Esses elementos evidenciam que o recrutamento e a inserção das candidaturas femininas não ocorrem de forma equitativa, sendo atravessados por filtros sociais e institucionais que limitam as possibilidades de sucesso de determinados perfis e condicionam quem é reconhecido como um indivíduo politicamente viável.

No que se refere ao financiamento de campanha, os resultados corroboram parcialmente com a Hipótese 3, segundo a qual o acesso a recursos financeiros constitui um fator central para o sucesso eleitoral. A análise dos dados indica que, embora o financiamento não estabeleça uma relação direta com a viabilidade eleitoral das candidaturas femininas, ele desempenha um papel decisivo na estruturação das oportunidades disponíveis ao longo da disputa. As diferenças observadas na distribuição e, sobretudo, na execução das despesas de campanha revelam padrões distintos de investimento partidário entre as candidatas, refletindo graus variados de apoio organizacional. Nesse sentido, o financiamento de campanha não apenas condiciona a capacidade de visibilidade e mobilização eleitoral, mas também opera como um possível indicador do nível de confiança e priorização conferido pelos partidos a determinadas candidaturas. Assim, mais do que um determinante isolado do

sucesso eleitoral, o financiamento emerge como um mecanismo estruturante das desigualdades entre mulheres que concorrem ao mesmo cargo, reproduzindo hierarquias internas e diferenciando trajetórias políticas sob condições desiguais de incentivo partidário.

De forma integrada, os resultados desta pesquisa demonstram que a ampliação da presença feminina na política institucional não pode ser compreendida apenas a partir do aumento numérico de candidaturas ou de eleitas, mas exige atenção às condições efetivas sob as quais as mulheres são recrutadas e posicionadas na disputa eleitoral. O partido político emerge como um ator central na definição das oportunidades reais de competição, operando como um filtro que organiza o acesso aos recursos, à visibilidade e à viabilidade eleitoral entre as candidatas em geral. As diferenças observadas no perfil, no investimento de campanha e no grau de apoio organizacional indicam que nem todas as candidaturas femininas partem das mesmas condições, mesmo quando concorrem ao mesmo cargo. Nesse contexto, as candidaturas femininas com zero votos, longe de serem exceções irrelevantes, revelam os limites da inclusão formal e evidenciam como desigualdades estruturais persistem no interior do sistema representativo.

Ao dar evidência a essas dinâmicas, a monografia contribui para o debate sobre representação política ao demonstrar que o fortalecimento da presença feminina no Legislativo exige não apenas mecanismos formais de inclusão, mas também transformações nas práticas partidárias e na distribuição efetiva de recursos. Compreender quem são as mulheres que não conseguem converter suas candidaturas em eleições, e sob quais condições disputam, é fundamental para pensar caminhos mais efetivos para a democratização da representação política no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o sistema político brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BIROLI, Flávia. Political violence against women in Brazil: expressions and definitions / Violência política contra as mulheres no Brasil: manifestações e definições. *Revista Direito e Práxis*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 557–589, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25164. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/25164. Acesso em: 15 dez. 2025.

BOLOGNESI, Bruno. A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, [s. l.], 2013.

BONETTI, Alinne; FONTOURA, Natália; MARINS, Elizabeth. Sujeito de direitos? Cidadania feminina nos vinte anos da Constituição Cidadã. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, n. 17, pt. 3, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1º out. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 15 dez. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Câmara terá duas deputadas trans na próxima legislatura. *Agência Câmara Notícias*, 02 out. 2022. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/911313-camara-tera-duas-deputadas-trans-na-proxima-legislatura/. Acesso em: 15 dez. 2025.

CNN BRASIL. Especial Eleições 2022 – Representatividade feminina ainda é baixa na Câmara. *CNN Brasil*, São Paulo, 05 out. 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-aumentam-representacao-na-camara-mas-representatividade-ainda-e-baixa/. Acesso em: 15 dez. 2025.

DAL BÓ, Ernesto; DAL BÓ, Pedro; SNYDER, Jason. Dinastias políticas. *Revista de Estudos Econômicos*, v. 76, n. 1, p. 115–142, 2007.

G1. Brasil elege número recorde de mulheres e negros para a Câmara dos Deputados. *G1*, 04 out. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/10/04/brasil-elege-numero-recorde-de-mulheres-e-negros-para-a-camara-dos-deputados.ghtml. Acesso em: 15 dez. 2025.

GORTARI, Amanda dos Santos Neves. A podridão da candidatura laranja: ponderações acerca da participação feminina nas eleições brasileiras. *Revista Resenha Eleitoral*, v. 23, n. 2, 2019.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators: theoretical propositions, methodological suggestions and empirical evidence. *The Journal of Legislative Studies*, v. 12, n. 3–4, p. 366–385, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Gender statistics: social indicators for women in Brazil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Estudos e Pesquisas — Informação demográfica e socioeconômica; n. 38. 12 p. ISBN 978-85-240-4460-12. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv101581_informativo.pdf. Acesso em: 15 dez. 2025.

JALALZAI, Farida. *Shattered, cracked, or firmly intact: women and the executive glass ceiling worldwide.* Oxford: Oxford University Press, 2013.

JUSBRASIL**.** *Candidato laranja: entenda quais são as consequências*. Jusbrasil, [s.d.]. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/artigos/candidato-laranja-entenda-quais-sao-as-consequencias/922512204. Acesso em: 31 dez. 2025.

KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos? A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327–346, 2014.

KUMAR, Rithika. *Family members or gatekeepers? Implications of household composition on female political engagement.* Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2023.

MIGALHAS. Direito ao voto feminino e participação da mulher na política. *Migalhas*, 2022. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/depeso/360441/direito-ao-voto-feminino-e-participacao-da-mulher-na-politica. Acesso em: 15 dez. 2025.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 46, p. 11–32, jun. 2013.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; MARQUES, Larissa Martins; RIBEIRO, Leandro Molhano. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998–2020). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, n. 106, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.006.

PHILLIPS, Anne. *The politics of presence.* Oxford: Oxford University Press, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos; SCHMITT, Rogério Augusto. Representação, proporcionalidade e democracia. *Estudos Eleitorais*, v. 1, n. 1, p. 179–214, 1997.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

TALIBERTI, Júlio Dias. A responsabilidade dos partidos políticos por fraude nas cotas de gênero. *Revista de Sociologia e Política*, [s. l.], 2021.

UNIÃO INTERPARLAMENTAR (UIP). *Women in parliament 2022.* Genebra: Inter-Parliamentary Union, 2023. Disponível em: https://www.ipu.org/resources/publications/reports/2023-03/women-in-parliament-2022. Acesso em: 15 dez. 2025.